

Diário do Legislativo de 06/06/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATAS

ATA DA 12ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 24/5/2006

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Domingos Sávio, Jayro Lessa, Dilzon Melo e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Elisa Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo" de 18/5/2006: ofícios dos Srs. Aguinaldo Mascarenhas Diniz, Chefe de Gabinete da Secretaria de Transportes e Obras Públicas; Almir Márcio Miguel, Gerente de Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal, e Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Em seguida, informa, também, que está aberto até o dia 7/6/2006, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 3.293/2006, do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2007. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.021/2004 (Deputado Dilzon Melo); 2.132 e 2.342/2005 (Deputado Sebastião Helvécio); 2.632/2005 (Deputado Jayro Lessa); 2.738/2005 (Deputado José Henrique); 2.887/2005 (Deputado Luiz Humberto Carneiro); 3.106/2006 (Deputada Elisa Costa), no 2º turno; 2.005/2004 (Deputado José Henrique); 2.919 e 2.949/2006 (Deputado Luiz Humberto Carneiro); 3.018/2006 (Deputado Dilzon Melo); 2.528/2005 e 3.068/2006 (Deputado Domingos Sávio); e Projetos de Resolução nºs 3.155/2006 (Deputado Luiz Humberto Carneiro) e 3.290/2006 (Deputado Sebastião Helvécio), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.132/2005 (relator: Deputado Dilzon Melo, em virtude de redistribuição); 2.632/2005 (relator: Deputado Jayro Lessa) e 2.887/2005 (relator: Deputado Luiz Humberto Carneiro) na forma do vencido no primeiro turno; 2.342/2005 (relator: Deputado Luiz Humberto Carneiro, em virtude de redistribuição); 2.738/2005 (relatora: Deputada Elisa Costa, em virtude de redistribuição) e 3.106/2006 (relatora: Deputada Elisa Costa); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.528/2005 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial (relator: Deputado Dilzon Melo, em virtude de redistribuição); 2.912/2005 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 2.919/2006 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública; 2.981/2006 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 3.018/2006 (relator: Deputado Dilzon Melo); 3.140/2006 (relatora: Deputada Elisa Costa, em virtude de redistribuição); 3.170/2006 (relator: Deputado Dilzon Melo, em virtude de redistribuição); 3.168/2006 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Jayro Lessa) e 3.171/2006 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: Deputada Elisa Costa, em virtude de redistribuição). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.949/2006, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Luiz Humberto Carneiro. O Projeto de Lei nº 2.021/2004 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Dilzon Melo, aprovado pela Comissão. O Projeto de Lei Complementar nº 71/2005 e os Projetos de Lei nºs 2.953 e 3.068/2006 são retirados da pauta por determinação do

Presidente da Comissão por não cumprirem pressupostos regimentais, e o Projeto de Lei nº 2.005/2004 por ter sido apreciado em reunião anterior. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento da Deputada Elisa Costa em que solicita a prorrogação do prazo de apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 3.293/2006 - LDO - até o dia 14/6/2006. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2006.

Dilzon Melo, Presidente - Elisa Costa - José Henrique - Sebastião Helvécio.

ATA DA 9ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 25/5/2006

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Viana, Leonídio Bouças e Weliton Prado, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Lúcia Pacifico. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Viana, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Leonídio Bouças, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a situação dos Supervisores Pedagógicos da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Edevaldo Alves da Silva, Presidente do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - UNIFMU-, encaminhando exemplares da "Revista FMU Direito" (publicado no "Diário do Legislativo" em 19/5/2006). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 2.850 e 3.194/2006, em turno único (Deputada Ana Maria Resende); 3.213/2006, em turno único (Deputado Paulo Piau). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Gyselia de Castro Pinto, Presidente da Associação Mineira de Supervisores Pedagógicos de Minas Gerais - Amisp -; Silvana Fonseca Correa, ex-Secretária Municipal de Educação de Montes Claros e representante da Associação Mineira de Supervisores Pedagógicos de Minas Gerais em Montes Claros; Angélica Lourdes de Matos Coutinho, representante da Associação Mineira de Supervisores Pedagógicos de Minas Gerais; Maura de Oliveira e Lima, Supervisora Pedagógica da Escola Estadual Padre José Senabre, de Vespasiano; Maria da Conceição de Brito Magalhães, Supervisora Pedagógica da Secretaria de Estado de Educação, que são convidadas a tomar assento à mesa. O Presidente, Deputado Doutor Viana, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra às convidadas, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.850/2005 (relatora: Deputada Ana Maria Resende). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.589, 6.590, 6.591, 6.592 e 6.593/2006. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2006.

Doutor Viana, Presidente - Ana Maria Resende - Paulo Piau.

ATA DA 5ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 29/5/2006

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Cesar, Carlos Gomes e Domingos Sávio (substituindo este à Deputada Maria Olívia, por indicação da Liderança do BPSP), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Fábio Avelar e Doutor Viana. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Cesar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, as consequências das importações chinesas para a indústria mineira, em especial, a de produtos têxteis, calçadistas, de fogos de artifício, entre outros. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Gláucia Maria Carneiro Rodrigues, Diretora de Serviços da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, representando Wilson Nélio Brumer, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; Marta Lassance, Presidente do Conselho de Relações Internacionais, representando Róbson Braga de Andrade, Presidente da Fiemg; dos Srs. Flávio Roscoe Nogueira, Presidente do Sindicato das Indústrias Têxteis de Malhas de Minas Gerais - Sindimalhas -; Aguinaldo Diniz Filho, Presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais; Rafael Júnior Bessas do Couto, Vice-Presidente do Sindicato das Indústrias de Explosivos no Estado de Minas Gerais - Sindiemg -, representando Sidônio Fernandes do Couto Patusco, Presidente do Sindicato; Júnior César Silva, Presidente do Sindicato Calçadista de Nova Serrana - Sindinova -; Francisco Horta, Proprietário do Centro Ótico; Michel Aburachid, Presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário em Minas Gerais; Inácio Carlos Urban, Presidente da Associação Mineira dos Produtores de Algodão - Amipa -; que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra aos Deputados Doutor Viana e Dalmo Ribeiro Silva, também autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Deputados Paulo Cesar, Doutor Viana, Carlos Gomes, Dalmo Ribeiro Silva, Domingos Sávio e Fábio Avelar (2) em que solicitam seja enviado ofício ao Governador do Estado solicitando-lhe que formalize junto ao Governo Federal pedido de adoção de salvaguardas que protejam as economias mineira e brasileira da invasão predatória de produtos chineses, em especial os têxteis e as confecções, os calçados, os fogos de artifício, os óculos, os brinquedos, os eletroeletrônicos e os manufaturados; e em que pede seja encaminhado ofício ao Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, solicitando-lhe a implementação, em caráter de urgência, de salvaguardas comerciais com a finalidade de proteger a economia nacional, em face da concorrência de produtos chineses. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2006.

Paulo Cesar, Presidente - Maria Olívia - Carlos Gomes.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 42ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 6/6/2006

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Prosseguimento da votação da indicação do nome de Avani Avelar Xavier Lanza para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação do nome de Arminda Rosa Rodrigues da Matta Machado para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação do nome de Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação do nome de Francisco César Sá Barreto para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação do nome de Faiçal David Freire Chequer para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.979/2006, do Deputado Doutor Viana, que altera o art. 5º da Lei nº 14.364, de 19/7/2002. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões do Trabalho e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.226/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 027/2006, concedido à empresa Frigorífico Tradição Ltda.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.227/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 030/2006, concedido à empresa Frigorífico Pontenovense Ltda.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.228/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 031/2006, concedido à empresa Dagranya Agroindustrial Ltda.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.888/2005, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.923/2006, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 3.155/2006, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 61/2005, do Governador do Estado, que fixa o valor da remuneração do cargo de Defensor Público-Geral, a que se refere o art. 144 da Lei Complementar nº 65, de 16/1/2003. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.916/2004, da Deputada Jô Moraes, que estabelece política pública de prevenção e combate à surdez na infância e em recém-nascidos, no âmbito do Estado, e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.987/2004, do Deputado Ricardo Duarte, que estabelece diretrizes para as ações do Estado na prevenção e redução de danos causados à saúde pelo uso constante de substâncias causadoras de dependência química. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.916/2006, do Governador do Estado, que modifica a estrutura orgânica da Secretaria de

Planejamento e Gestão e do Ipsemg, cria cargos de provimento em comissão e funções gratificadas na administração direta do Poder Executivo e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 11, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.130/2005, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conquista os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.280/2006, do Deputado Dilzon Melo, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 6/6/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.784/2005, do Deputado Zé Maia.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.627/2006, da Comissão de Direitos Humanos; e 6.639/2006, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 6/6/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.596/2004, do Deputado Doutor Ronaldo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.985/2006, do Deputado Irani Barbosa; 2.996/2006, do Deputado Sebastião Helvécio; 3.035/2006, do Deputado José Henrique; 3.046/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.053/2006, do Deputado Mauri Torres; e 3.090/2006, da Deputada Maria Olívia.

Requerimentos nºs 6.542, 6.543, 6.544 e 6.545/2006, da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática; 6.585/2006, do Deputado Dinis Pinheiro; 6.587/2006, do Deputado Doutor Viana; 6.609 e 6.610/2006, do Deputado Dimas Fabiano; 6.615 e 6.616/2006, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 6/6/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.218/2006, do Deputado Miguel Martini.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 6/6/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.625/2005, do Deputado Domingos Sávio; 2.938/2006, do Deputado Laudelino Augusto; 3.100/2006, do Governador do Estado; 3.172/2006, do Deputado Rogério Correia; 3.188/2006, do Governador do Estado; 3.189/2006, da Procurador-Geral de Justiça; 3.231/2006, da Deputada Lúcia Pacífico; 3.281/2006, do Deputado Gustavo Corrêa; 3.306/2006, do Deputado Irani Barbosa; 3.309/2006, do Deputado Domingos Sávio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.292/2006, do Governador do Estado; 3.294/2006, do Deputado André Quintão; 3.295/2006, do Deputado Biel Rocha; 3.297/2006, do Deputado João Bittar; 3.303/2006, do Deputado Antônio Júlio; 3.304/2006, do Deputado Biel Rocha; 3.305/2006, do Deputado Domingos Sávio; 3.308/2006, do Deputado Arlen Santiago; 3.310/2006, do Deputado Doutor Ronaldo; 3.311/2006, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.312/2006, da Deputada Cecília Ferramenta; 3.372/2006, do Deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 6/6/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 71/2005, do Tribunal de Contas; Projeto de Lei nº 3.189/2006, da Procurador-Geral de Justiça.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.933/2004, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.633/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 6.634/2006, do Deputado Fahim Sawan.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 6/6/2006, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação da indicação, feita pelo Governador do Estado, dos nomes de Avani Avelar Xavier Lanza, Arminda Rosa Rodrigues da Matta Machado, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben, Francisco César Sá Barreto e Façal David Freire Chequer para comporem o Conselho Estadual de Educação; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 2.888/2005, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica; 2.923/2006, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica; 3.155/2006, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica; 3.226/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 027/2006, concedido à empresa Frigorífico Tradição Ltda.; 3.227/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 030/2006, concedido à empresa Frigorífico Pontenovense Ltda.; e 3.228/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 031/2006, concedido à empresa Dagranya Agroindustrial Ltda.; do Projeto de Lei Complementar nº 61/2005, do Governador do Estado, que fixa o valor da remuneração do cargo de Defensor Público-Geral, a que se refere o art. 144 da Lei Complementar nº 65, de 16/1/2003; e dos Projetos de Lei nºs 1.916/2004, da Deputada Jô Moraes, que estabelece política pública de prevenção e combate à surdez na infância e em recém-nascidos, no âmbito do Estado, e dá outras providências; 1.987/2004, do Deputado Ricardo Duarte, que estabelece diretrizes para as ações do Estado na prevenção e na redução de danos causados à saúde pelo uso constante de substâncias causadoras de dependência química; 2.130/2005, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conquista os imóveis que especifica; 2.916/2006, do Governador do Estado, que modifica a estrutura orgânica da Secretaria de Planejamento e Gestão e do Ipsemg, cria cargos de provimento em comissão e funções gratificadas na administração direta do Poder Executivo e dá outras providências; 2.979/2006, do Deputado Doutor Viana, que altera o art. 5º da Lei nº 14.364, de 19/7/2002; 3.189/2006, do Procurador-Geral de Justiça, que dispõe sobre a criação de cargos no Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; e 3.280/2006, do Deputado Dilzon Melo, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 5 de junho de 2006.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Dilzon Melo, José Henrique, Luiz Humberto Carneiro e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/6/2006, às 20 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.189/2006, do Procurador-Geral de Justiça, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2006.

Domingos Sávio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Ronaldo, João Leite, Paulo Piau e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 7/6/2006, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir a situação salarial dos servidores do IEF e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2006.

Laudelino Augusto, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 31/5/2006

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Deputados, muito se tem falado, nos últimos anos, sobre a questão da ética na política como dois valores absolutos e fundamentais para que realmente se resgate o valor e a importância da política em nossa sociedade.

A corrupção é um gravíssimo problema, ligado ao processo de exclusão social em que vivemos. Algumas entidades, como a Transparência Brasil e a Transparência Internacional, criaram o chamado Índice de Percepção da Corrupção - Ipecor -, que está pesquisando cerca de 130 países, anualmente. Fica claro que os países mais pobres, com menor IDH - o que implica, além da renda "per capita", a questão do investimento em educação e saúde, ou seja, a qualidade da educação e da saúde -, são os que possuem os maiores Ipecors, as maiores corrupções.

Essa questão tem de ser vista sob determinada ótica, com custo muito grande para o País. De cada um dos 185 milhões de brasileiros são desviados recursos, por meio da corrupção, nas esferas federal, estadual e municipal. Além disso, cada um possui uma dívida anual de quase R\$7.000,00, contraídos por meio de expedientes de corrupção. Trata-se de um custo muito alto. Com toda a certeza, se houvesse uma postura mais séria para se combater essa impunidade, para se ressarcirem os cofres públicos, poderíamos caminhar de forma mais célere no combate à pobreza e à exclusão social em nosso país.

No governo Lula, a Polícia Federal está tendo maior liberdade, condições e infra-estrutura para executar mais de 100 ações, com cerca de 4 mil prisões de pessoas envolvidas em desvio de recurso público. Não se faz corrupção apenas por meio das ambulâncias, dos sanguessugas, dos "mensalões", de outros desvios e montagens de licitações, mas por meio de sonegação de impostos, evidenciada pela Polícia Federal. Por isso muitos empresários foram presos e continuam sendo investigados.

É importante que essa bandeira, de uma ação mais efetiva do Ministério Público, do Poder Judiciário, seja a grande bandeira. Não tenho simpatia pela visão de aumentar a pena, de mudar a legislação, porque temos leis suficientes para combater a corrupção. Choca-nos ainda mais quando vemos que os que deveriam fiscalizar, combater e ser os olhos da sociedade se omitem, tendo medo ou, em alguns casos, envolvendo-se com a corrupção.

Na Comarca de São Sebastião do Paraíso, as ações do Ministério Público, muitas vezes usadas com interesse político eleitoral, são muito evidentes. Recentemente, na calada, o Ministério Público afastou de lá um Promotor de Justiça, que já denunciei desta tribuna, nesses meus 12 anos de mandato.

Na Comarca de Guanhães, onde ele estava, não foi punido. Pelo contrário, os procedimentos que denunciei foram vergonhosa, corporativa e melancolicamente arquivados.

Como prêmio, o Promotor Rômulo Generoso foi transferido para a cidade de São Sebastião do Paraíso, onde aparece em uma gravação conversando com um empresário criminoso, bandido, que desviou mais de R\$100.000.000,00 do erário público. Ele fez isso por meio de uma operação de compensação fiscal, tributária, ao comprar milho de pequenos proprietários de Minas Gerais. Pasmem, senhores e senhoras! Em vez de dar continuação à investigação, inclusive da escuta telefônica, que permitiria orientações ao empresário bandido - fazia advocacia administrativa -, preferiram suspender as gravações imediatamente e retirá-lo da cidade.

Dessa forma, não obtivemos elementos suficientes para uma ação efetiva da Corregedoria. É também dessa cidade - e isso aconteceu há um mês - que chega aqui outra notícia. O jornal "Hoje", de São Sebastião do Paraíso, de quarta-feira, 24/5/2006, traz o título: "Lavagem de dinheiro envolve Promotor público". Ademais, fotos coloridas mostram uma "big" mansão, a residência do Promotor. Já o denunciei na

Corregedoria por participar de churrasco na fazenda do Deputado Federal Carlos Melles e depois arquivar todos os expedientes dele e seus aliados em São Sebastião do Paraíso.

É interessante, pois tenho grande apreço pelo Ministério Público. Nesta Casa, sempre fui, e sou, defensor desse órgão. Todos os Promotores que denunciou, a exemplo do que aconteceu com os dois de Araxá, são absolvidos pela Corregedoria. Foram afastados somente depois da notícia de envolvimento com o tráfico de drogas, corrupção de menores, violência sexual contra crianças e adolescentes, entre outras prevaricações, envolvimento na liberação de cargas de milho roubadas de 120 carretas, enfim, depois que o fato se transformou em escândalo na imprensa.

Durante 12 anos, denunciei também um Promotor de Pirapitinga, cidadezinha na divisa com o Rio de Janeiro. Todos os seus expedientes foram arquivados. Há dois meses, só depois que o caldo entornou, que a opinião pública reagiu, ele foi afastado. Também trabalhei na denúncia de outros dois Promotores. Esperamos que esse fato tenha o mesmo fim.

Todavia, no ano passado, comuniquei esse fato ao órgão Corregedor do Ministério Público. Ressaltei que ele, em pleno período eleitoral, participava de churrascos na fazenda do Carlos Melles, contra o qual não decidia. Agora, como os fatos acontecem? O jornal traz um gráfico interessante. A Cooparaíso recebe terreno por R\$22.565,24 como pagamento de dívida. Na época dessa operação, o Presidente da Cooparaíso era Carlos Melles, o amiguinho do Promotor, companheiro de churrasco. Ele passa o terreno, situado em um dos bairros mais valorizados de São Sebastião do Paraíso, ao Promotor Emílio, que o adquire por R\$11.784,36. São estranhas a operação e a triangulação.

O Sr. Emílio não comprova o pagamento. Não há documentos dessa transação. Algumas pessoas dizem que o terreno deve ter sido adquirido como prêmio pela proteção ao Sr. Carlos Melles. Agora o Promotor, Sr. Emílio, constrói uma mansão avaliada em mais de R\$1.000.000,00.

O quadro seguinte mostra que o Sr. Emílio sonega os impostos na construção. Ele não recolheu ISS, INSS, IR, IPTU nem registrou a construção no Crea. Interessante, que independência! A inamovibilidade é importante para os Juizes e Promotores, mas há essas distorções. Ele não pagou os impostos.

O mais grave é que, na Prefeitura Municipal, não existe nenhum registro dessa construção. Trata-se de uma casa fantasma. Para não fazer uma denúncia vazia, trouxe aqui o jornal em que consta a certidão, em nome de quem estava o terreno, como foi vinculado e os demais documentos que comprovam todas essas irregularidades.

Será que se tivessem agido, há um ano, conforme a minha denúncia, isso teria acontecido? Respeitamos muito o trabalho do Ministério Público, que não precisaria passar por essa situação naquela cidade.

Tenho a tribuna da Assembléia para denunciar. Não mandarei uma denúncia para a Corregedoria, conforme já encaminhei outras vezes. Conte aqui os casos de três situações que denunciamos. Poderia citar outros casos em que as providências só foram tomadas depois que houve um escândalo na imprensa.

Acionaremos o Conselho Nacional do Ministério Público por meio de uma representação. Encaminharemos toda a documentação que temos do caso ao Conselho Nacional do Ministério Público, que terá a responsabilidade de investigar a questão. Na realidade, esse Promotor faz pose de vestal, de protetor da ética e se julga no direito de fazer as maiores perseguições políticas na cidade de São Sebastião do Paraíso, a mando do Carlos Melles.

O Ministério tinha que ter um procedimento sobre o caso. Eu mesmo já representei ao Conselho Nacional da Magistratura em relação a dois Juizes de Minas; assim o fiz, depois que os seus órgãos internos de correção se omitiram. Um caso foi o de Wanderley Salgado de Paiva, que prestou assessoria advocatícia ao Sr. Marco Túlio Fadel, torturador condenado à maior pena de tortura no Brasil, em toda a história.

Nossa lei é de 1997, mas já tínhamos o Estatuto da Criança e do Adolescente, que previa a pena anterior de tortura a crianças. Ele foi condenado a 15 anos e 4 meses e era amigo de Wanderley. Depois esse Juiz fraudou um atentado; ele mesmo se deu um tiro dentro do carro para alegar que poderia ter sofrido um atentado por esse Deputado ou por outras pessoas.

Entrei também com uma representação contra a Juíza Maria José Starling, de Esmeraldas. Quero dizer a todo o Estado de Minas Gerais que ela vende carteira de Comissário de Menor pelo valor de R\$3.500,00 a R\$7.000,00 e também dá porte de armas a quem estiver com essa carteira. Pela norma da Corregedoria, lá não poderia haver mais do que 12 Comissários de Menores, mas a Comarca de Esmeraldas tem 168 Comissários de Menores.

Amanhã entraremos com essa representação no Conselho Nacional do Ministério Público. É preciso tomar uma posição.

É fácil denunciarmos o Vereador, que é eleito. Nossa vida é pública, mas o silêncio do Ministério Público é grande. Tenho certeza de que, amanhã, nenhuma página sairá acerca da denúncia que fizemos. Parece que há um receio, um medo da imprensa em relação a essa questão. Em São Sebastião do Paraíso, há um Ministério Público de injustiça e não de justiça.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, cidadãos e cidadãs que nos acompanham das galerias e pela TV Assembléia; o assunto que me traz à tribuna é a questão da agricultura e o sofrimento desse setor, do qual faço parte, como profissional da área, como médico veterinário, como produtor rural e como cooperativista.

Antes de abordar esse tema relevante, não posso deixar de abordar outro igualmente relevante, a questão da ética, conforme manifestou o Deputado Durval Ângelo. Registro minha absoluta comunhão com o sentimento de que a questão da ética e o combate implacável à corrupção não podem continuar apenas no discurso. Deve haver uma atitude concreta.

Sou autor de uma proposta de emenda à Constituição mineira, mas com caráter provocativo, pois nosso propósito é que haja uma emenda à Constituição da República. Todos aqueles que ocupam cargos públicos eletivos ou cargos de confiança, como Secretário Municipal, Secretário Estadual e Ministro, aqueles que têm o poder de deliberar sobre o recurso do povo, em especial, nós, homens públicos, de Vereador a Presidente da República, ao assumir o mandato, temos automaticamente o sigilo bancário, fiscal e patrimonial aberto, disponível, para que o Ministério Público possa fazer uso, caso haja uma denúncia formal contra esse agente público. Para isso é preciso que haja pelo menos suspeita de corrupção. Dessa forma o Ministério Público pode exercer o seu papel, sem fazer daquilo um objeto de mera divulgação gratuita, de mero sensacionalismo, buscando provas e coibindo a corrupção.

É óbvio que não fiquei apenas na proposta. No ano passado, quando apresentei essa proposta, informei a esta Casa e deixei à disposição de todos uma autorização formal, assinada por mim, entregue ao Dr. Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça, delegando a ele e automaticamente extensivo a todo Promotor Público que minha vida pública, minha vida como cidadão está absolutamente aberta ao sigilo bancário fiscal e patrimonial, desde a época em que fui Vereador, Prefeito e enquanto exercer uma atividade pública. Digo isso não com ufanismo, não para me vangloriar, mas porque é preciso um choque de transparência. Não basta dizer que vamos combater a corrupção se continuar havendo nos bastidores do poder a possibilidades de as coisas serem feitas às escondidas.

O Deputado Durval Ângelo afirmou que a Polícia Federal tem mais liberdade no governo Lula, motivo pelo qual prendeu mais pessoas, o que é absolutamente fora da realidade. Vivemos num processo democrático, em que a liberdade que a Polícia Federal tem hoje é a mesma que tinha no governo anterior. A diferença é que a corrupção aumentou e, por isso, mais pessoas foram presas. A diferença é muito clara. A corrupção aumentou com esse governo que está aí. Aumentou de maneira assustadora, e o governo tenta tapar o sol com a peneira.

Concordo com o Deputado Durval Ângelo, quando afirmou que temos de combater a corrupção com firmeza e que precisamos de transparência. Comungo integralmente com o que o Deputado Durval Ângelo disse.

Ora, foram presas mais pessoas porque nunca se roubou tanto neste país e de uma maneira orquestrada por partidos políticos, Congresso Nacional e governo federal, com o envolvimento de grandes autarquias, como os Correios, de fundos de pensão e de Ministros! Ou será que os Ministros caíram por acaso? Será que algum foi demitido porque o Presidente deixou de gostar dele? Será que o Presidente do partido caiu porque, de repente, houve uma mudança ideológica? É por podridão, por corrupção no coração do PT e do governo! É óbvio que a Polícia Federal agiu mais.

Há um outro aspecto que gostaria de abordar, Sr. Presidente, antes de falar sobre o assunto que me trouxe a esta tribuna, que é a agricultura. Não posso deixar de fazer uma ressalva muito pontual com relação à Cooperação, cooperativa de produtores rurais. Sou cafeicultor e sócio dessa cooperativa. Podem dizer: "Ah, é Deputado e começou a mexer com cooperativa!". Mas é o contrário. Sou pequeno produtor rural, médico-veterinário e cooperativista. Dirigi entidade cooperativa por muito tempo e, ao longo da vida, fui entendendo que a política de maneira séria, honesta e correta é um instrumento importante para promover as transformações que nossas cidades, nosso Estado e o País precisam. Mas não deixei de ser um cooperativista. A Cooperação é uma das referências do setor cooperativista do Brasil e da América Latina. Trata-se de uma instituição séria, bem gerida, com cooperados atuantes, que prestam um serviço fantástico. Conheço o Deputado Carlos Melles, também cooperativista, há mais de 20 anos, e tenho enorme respeito por sua figura. Não discutirei os aspectos que envolvem um determinado Promotor que não conheço e os fatos de sua atuação. É bom que se destaque que um Deputado Federal como Carlos Melles é uma pessoa pública, com sua vida absolutamente aberta a todo o povo mineiro e brasileiro. Não o vejo envolvido em nenhum desses escândalos de "mensalão" e sanguessuga, coisas que realmente nos deixam repugnados, enojados, para dizer a palavra mais apropriada, não é, Padre João? De fato, nós, que queremos ver este país fazer justiça para com os mais pobres e humildes, vemos o dinheiro público sendo roubado, de maneira descarada, por Deputados Federais, Ministros e outras figuras da República. Enquanto isso, não posso deixar de registrar que, embora perceba que há uma disputa local - não entrarei no seu mérito, porque a natureza é muito mais política -, é importante falar, tendo em vista que o assunto ficou no ar: "Ah, o Promotor não processou o Carlos Melles; o Promotor comeu churrasco na fazenda do Carlos Melles". O que há contra esse Deputado? O que existe, de maneira pontual, com relação à sua seriedade, sua pessoa e sua honorabilidade? Se ele fosse meu irmão de sangue ou qualquer outra pessoa, não seriam os laços de amizade ou de cooperativismo... Aliás, é bom que se diga que nem sou do mesmo partido do Deputado Carlos Melles, não tive votos em conjunto nem faço campanha com ele. Se falamos de ética, não podemos contribuir para o aumento da impunidade. Se todas as vezes em que houver uma divergência de natureza política jogarmos o nome de uma pessoa na vala comum, ficará difícil punir os verdadeiros culpados. Foi o que andaram tentando fazer por aí, distribuindo todo tipo de lista. Não há outra palavra para esse tipo de gente a não ser "moleque", "irresponsável", que saiu por aí distribuindo todo tipo de lista e dizendo: "Ah, eu acho, ouvi dizer". Não comprovam nada e afirmam que todos são bandidos. Não é bem assim. O cidadão, o eleitor, a figura do trabalhador brasileiro está ficando cada dia mais atenta. Quero chamar cada um e dizer que fique realmente atento e não aceite esse tipo de provocação, porque todos são iguais. Disponibilizei o meu sigilo bancário à população, há mais de um ano, não porque estivesse sendo acusado de alguma coisa, porque não estava, mas porque precisamos contribuir para a separação do joio do trigo, separar quem assume a vida pública como missão de vida, para trabalhar. Naturalmente, podemos encontrar os que não gostam dele. Acho absolutamente natural que algum parlamentar ou liderança política não goste das minhas idéias.

Agora, respeitar os demais colegas de outros partidos e respeitar-me como cidadão é o primeiro fundamento da ética. Se jogarmos todos na vala comum só porque discordarmos de suas idéias, não será democracia.

Sr. Presidente, restam-me ainda um pouco mais de 5 minutos. Abordarei o tema que, de fato, traz-me a esta tribuna, a nossa preocupação com o produtor rural - trabalhador rural. Vejo chegar aqui o Deputado Paulo Piau, meu grande amigo. Tenho conclamado cada pequeno, médio e grande produtor que nos ajude a fazer com que o cidadão comum, às vezes com pouca familiaridade com a vida do campo, compreenda que nós, proprietários de alguma gleba de terra, onde se produz café, gado de corte ou leite, somos, em primeiro lugar, trabalhadores rurais. A grande maioria desses que trabalham na própria propriedade com sua família e eventualmente possuem empregados para compartilhar a atividade do dia-a-dia e daqueles que, no passado, eram chamados de fazendeiros - e enchem a boca para dizer isso - hoje estão numa luta terrível. Deputado Fahim Sawan, V. Exa., que vem do Triângulo Mineiro, maravilha em termos de potencial produtivo, sofre com isso. Esses trabalhadores, que, aliás, são empregadores ao mesmo tempo, levantam cedo para tirar o leite, preparar o solo e colher o café, principalmente nessa época de colheita - essa é uma atividade muito manual - não estão dando conta de tratar da família, de pagar o estudo e a faculdade do filho e de manter funcionando seus equipamentos. Estamos vivendo um processo de empobrecimento da agricultura num país eminentemente agrícola, de uma estrutura que garante... Todos os pacotes econômicos da história deste país foram ancorados na produção agrícola.

Quando o atual governo se vangloria com a balança comercial, dizendo que nunca exportaram como estão exportando, algum cidadão da cidade provavelmente pensa: "O governo federal deve estar exportando alguma coisa". Deputado Fahim Sawan, a não ser as viagens do Presidente Lula - aliás, exportamo-lo constantemente, mas ele retorna -, quem exporta é o trabalhador e o produtor, às custas do seu patrimônio, que está ficando mais pobre. Depois vem o governo dizendo que soltou um pacote. Deputado Fahim Sawan, sabe o que é pacote? Empréstimo mais dinheiro; é dar corda para o sujeito enforçar-se, ou melhor, é dar corda para o produtor enforçar-se. Mesmo a agricultura hoje possui juro real. Então, empréstimo dinheiro com juros reais numa realidade de inflação baixa, enquanto o povo não tem dinheiro para comprar... Aliás, é bom que se destaque que essa inflação baixa é graças a um plano econômico concebido no governo anterior. Cairam tanto o mercado, o comércio e as atividades econômicas que ninguém consegue comprar. Todos estão numa situação muito ruim. O funcionário público está ganhando tão mal. Portanto não tem como haver inflação num mercado em que a procura está deprimida.

Exatamente nessa situação, vemos o empobrecimento da agricultura e o governo dizendo que emprestará mais dinheiro. Ora, precisamos de atitude mais séria do governo. Subiram os insumos agrícolas, o adubo, enfim, tudo. O governo não elaborou nenhuma política para ajudar-nos a controlar o preço que está nas mãos das multinacionais. Uma política subiu alegando que o dólar estava alto. Baixaram o dólar, mas não o preço de adubo, de nenhum insumo, defensivos, nem de medicamentos. O custo da produção continua alto; e o produto que produzimos não. A carne e o leite baixaram de preço. O pior é que, às vezes, não baixa para o consumidor. Então, fica assustado e indaga por que este Deputado está reclamando se fui ao açougue e não baixou de preço; também comprei o leite, que continua alto.

Há dois anos, o produtor rural vendia uma arroba de boi a R\$60,00; porém hoje a vende por R\$43,00 e ainda corre o risco de não receber. Além disso, é roubado no momento da venda, pois a pesagem é feita sem nenhum acompanhamento dele. Ocorreu o mesmo com o leite: reduziu para o produtor rural. A soja nem se fala! Falência total. Os juros continuam altos. O dólar está subvalorizado; e o real, sobrevalorizado, fazendo com que nós, produtores rurais, vivamos um momento extremamente difícil.

Apesar de todas essas dificuldades, ainda temos pessoas que trabalham em prol da agricultura com seriedade, como vimos hoje, na abertura da SuperAgro, feira maravilhosa promovida pelo governo do Estado, em parceria com a Faemg. Havia mais de 3 mil animais de alta qualidade, prova de que o produtor sobrevive a duras penas, mas acredita no futuro por se tratar de uma vocação natural. Estive lá do lado do nosso querido companheiro José Silva, técnico da área e funcionário de carreira da Emater. Defendi-o há pouco dias no Plenário e insisti em fazê-lo. E não estava errado. Batalhou, debateu, conseguiu um aumento para os funcionários da Emater. A cada dia, lutaremos pela sua ampliação por sabermos que estamos longe de poder pagar, da maneira de que gostaríamos, a um profissional desse órgão, como também aos do IMA e aos demais da área rural.

Tivemos, então, essa notícia boa: o que defendemos aqui, neste Plenário, ao lado dos servidores e o que o José Silva estava defendendo, surtiu resultado. Fiz essa defesa alto e bom som. Em função da sensibilidade do Governador Aécio Neves, já está sendo acertado com as lideranças dos trabalhadores daquele órgão um aumento de imediato.

Sr. Presidente, muito obrigado. Não tivemos condições de dizer tudo o que gostaríamos dessa feira, mas deixo os meus cumprimentos à Faemg e ao Secretário de Agricultura por, em tempos difíceis, de vacas magras, continuarem acreditando na nossa agropecuária.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Fahim Sawan* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores, imprensa, público nas galerias, primeiramente tecerei alguns comentários acerca da fala do meu antecessor, Deputado Domingos Sávio.

Realmente, Deputado, nós, que viemos de cidades eminentemente agrícolas, que trabalhamos com a pecuária, temos visto, um desastre em relação à política adotada pelo governo federal no que tange à política do câmbio, dos preços, da alta dos insumos, da baixa valorização dos produtos e da não-compreensão de que a agricultura e a pecuária são a mola propulsora do País.

Infelizmente, também tenho que concordar com V. Exa., Deputado Domingos Sávio, no que se refere à dilapidação dos patrimônios. Refiro-me não só à renovação das frotas, que não ocorre mais, não só aos investimentos, mas também a outros aspectos. Na minha região, quando a pessoa planta honestamente soja, milho, às vezes, em três ou quatro anos, tudo é uma maravilha; todos investem, animam-se com o setor, exportam, como V. Exa. disse. Entretanto, quando apenas um ano vai mal, precisam vender os seus patrimônios para saldar dívidas com os bancos e com os financiamentos adquiridos. Há quase três anos isso vem acontecendo.

Lamentavelmente, hoje vemos na nossa região pessoas tendo que vender as suas propriedades, entregá-las, às vezes, ao setor sucroalcooleiro, ou então, simplesmente desistir da atividade que move este país.

Temos alertado toda a população sobre essa questão, pois infelizmente chegará o momento em que faltarão grãos, como previsto para este ano. Prevê-se uma safra 30% menor. Salidarizo-me, portanto, com as suas palavras e com todos os agricultores.

Estive, agora há pouco, na abertura da SuperAgro, onde presenciei o esforço do governo do Estado em tentar fazer alguma coisa pelos agricultores e pelos pecuaristas.

Parabenizo o Secretário de Agricultura, Marco Antônio Rodrigues da Cunha, que vem desempenhando papel brilhante representando o nosso setor e o Governador Aécio Neves.

Hoje, dia 31 de maio, em centenas de países ao redor do mundo celebra-se o Dia Mundial sem Tabaco. Esta data tem um significado muito importante, e nós, da Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas, não poderíamos deixar de nos pronunciar. Essa questão envolve todos os continentes na luta para atenuar, senão debelar, o hábito de fumar, encarado como doença que acomete o indivíduo, pois vicia e o torna refém de um mal que o prejudica e o debilita, abreviando, na maioria das vezes, a vida dos fumantes.

Por se tratar de droga lícita, o cigarro, que, em tese, não afasta o usuário das atividades sociais e de suas funções na sociedade, necessita de intensa campanha de massificação contra os seus malefícios. Mas, na medida em que a concepção do dano passa a ter uma dimensão coletiva, não se restringindo apenas ao fumante ativo, podemos avançar mais agressivamente no cerceamento ao usuário, dificultando-lhe a prática comungada com não-fumantes.

É preciso ressaltar que a maior causa de morte que se poderia evitar é a provocada pelo cigarro; a segunda, pela bebida; e a terceira, pela fumaça do cigarro, no fumante passivo. Esse novo conceito colaborou recentemente para uma redução do consumo. Entretanto, com a população flutuante de usuários para ex-usuários e de novos usuários que ingressam diariamente no mercado de consumo de tabaco, ainda não é possível provocar, com essa redução, um impacto significativo nessa indústria.

Na esteira inversa da redução do consumo, dos anos 60 para cá, em termos percentuais, considerando-se as faixas etárias, há de se levar em conta o aumento exponencial da população no mundo. Atualmente, aproximadamente 30% da população mundial são fumantes. Os jovens estão começando a fumar cada vez mais cedo, a partir - pasmem os senhores - dos 8 anos de idade. Estima-se que 30 milhões de brasileiros sejam fumantes e que, no mundo, anualmente, 3 milhões de pessoas morram precocemente em consequência do tabagismo. No Brasil, esse número chega a 200 mil pessoas, e aumenta a cada ano. O tabagismo é diretamente responsável por 30% de todas as mortes por todos os tipos de câncer, além de estar relacionado a 90% dos cânceres de pulmão. Fumar está ligado a aneurismas arteriais, trombose vascular, úlceras do trato digestivo, infecções respiratórias, impotência sexual no homem e menopausa precoce nas mulheres.

Em Minas Gerais, estima-se que cerca de 8% dos casos novos de câncer em mulheres sejam de traquéia, brônquio e pulmão. Nos homens, este número chega a 14,5%. Os números da OMS indicam que há uma equiparação, quase uma igualdade, entre homens e mulheres no que tange ao cigarro. Atualmente, o número de mulheres fumantes é igual ao de homens fumantes; por isso, muitas estão morrendo pelas complicações decorrentes do cigarro. Metade dos fumantes morrem vítimas de doenças provocadas pelo cigarro. A cada minuto, morre um fumante no Brasil e, a cada seis segundos, um fumante no mundo. Um cigarro contém 4.720 substâncias tóxicas. Algumas são encontradas em venenos para matar ratos, pulgas, baratas, em tinta para caneta esferográfica e em tinturas para cabelo. Praticamente todos os males advindos do tabaco são do conhecimento de quase todos os fumantes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é nosso papel esclarecer à população o tempo inteiro. Por isso, é necessário encarar o hábito de fumar como um problema de saúde pública, em que estão envolvidos fatores humanitários, econômicos e sociais, e que deve ser enfrentado de forma aberta, e não hipócrita, cientes de que estamos diante de uma relação de força e poder que envolve interesses de grande escala para a economia mundial.

Como subsídio a este drama, vale a reflexão do tema, já proposto e debatido anos atrás, em que se relaciona tabaco e pobreza como num círculo vicioso. Passo a ler alguns trechos: "Segundo entidades ligadas às Nações Unidas, como a Organização Mundial da Saúde, a Organização de Cooperação Econômica e Desenvolvimento e o Banco Mundial, o consumo de tabaco vem impondo uma carga cada vez mais pesada sobre

países em desenvolvimento.

Considerando que saúde é um tema central para o desenvolvimento e para o combate à pobreza, essas entidades recomendam que, nas ações para a redução da pobreza e para a promoção do desenvolvimento sustentável, os governos dirijam seus esforços ao controle de doenças que afetam, de forma mais intensa, as classes sociais menos favorecidas, principalmente as associadas ao consumo de tabaco.

Dados mostram que 80% das pessoas que consomem tabaco apresentam algum grau de dependência química da nicotina. Nesse contexto, é importante reconhecer que a dependência do tabaco faz com que muitos chefes de famílias de baixa renda desviem para a compra de cigarros o dinheiro que deveria destinar à alimentação, lazer, ou mesmo à preservação da sua saúde e de sua família.

Essa realidade faz com que entidades como o Banco Mundial, a OMS e outras entidades desenvolvimentistas ligadas as Nações Unidas considerem o consumo de tabaco um fator agravante da pobreza, da fome e da desnutrição. E foi a preocupação com a progressiva expansão do consumo de tabaco, principalmente nos países em desenvolvimento, que levou mais de 190 países a propor a adoção do primeiro tratado internacional de saúde pública da história da humanidade: a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Seu objetivo foi unir os países para a adoção de um conjunto de medidas para deter a expansão global do consumo de tabaco".

Caros colegas, tão alarmante situação nos coloca diante de um quadro perverso. A indústria do tabagismo prospera, grassa nas camadas mais desfavorecidas e se expande com maior intensidade nos países em desenvolvimento, como é o nosso caso.

Precisamos, no dia-a-dia, intensificar nossa campanha em favor da vida, ou seja, agirmos sempre como instrumentos de transformação da sociedade. Dessa forma, atuaremos coletivamente para minimizar, senão eliminar, uma série de males.

Não poderia deixar de registrar a minha homenagem a esse grande mineiro que representa uma bandeira histórica no Brasil e é meu amigo, inspirador e conselheiro: Prof. Elias Murad, homem que dedica sua existência por essa causa e que é exemplo para todos nós. Há muito, vem lutando contra todas as drogas, inclusive o tabaco. Com muita honra e orgulho, pudemos aprovar, nesta Casa, a Comenda de Luta contra as Drogas Prof. Elias Murad, que certamente referendará a tantos que se entregam na missão de promoção e libertação humana. Muito obrigado.

São essas as palavras que queria trazer em nome da Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas, neste dia 31 de maio, em que destacamos nossa luta contra o tabagismo.

Aproveito a oportunidade para comunicar à população uma discussão que será feita nesta Casa na Comissão de Administração Pública, onde foi aprovado um requerimento para discutirmos a questão do aumento do tempo da licença maternidade.

Há quase um ano, a Sociedade Brasileira de Pediatria, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil, desencadeou, em nível nacional, a campanha nacional intitulada 'Licença maternidade: seis meses é melhor', visando a prorrogação por 60 dias da presença da mãe junto ao filho. Essa medida visa a ampliar o vínculo afetivo entre mulheres e seus bebês. A extensão dessa conquista por mais um pequeno tempo de 60 dias representa um alcance enorme para o recém-nascido, pois os seis primeiros meses de vida - e, como médicos, podemos afirmar isso - são decisivos para o crescimento cerebral e a formação das estruturas de que dependem o desenvolvimento mental normal e a personalidade sadia, preconiza a SBP, alicerçada em estudos e constatações científicas.

Acresce o fato de que a mãe trabalhadora, ao permanecer com seu filho esses seis meses, poderá ter um retorno mais equilibrado ao trabalho, ciente de que cumpriu um ciclo mínimo de vinculação intensa e continuada com a criança.

Em recente encontro com o Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, Dr. Dioclécio Campos Jr., pude reforçar minhas convicções no sentido de que esse benefício trará ganhos inquestionáveis para os pais, filhos e a sociedade em geral.

Firmei o compromisso, com a parceria da SBP e a OAB nacional, de propor audiência pública em nossa Comissão para debater o aumento da licença-maternidade para 180 dias e da licença-paternidade para 15 dias no âmbito dos servidores públicos estaduais, bem como apresentar requerimento, na forma regimental, a fim de que seja formulado apelo ao Exmo. Governador Aécio Neves para que envide esforços no sentido de estudar mecanismos que possam assegurar essa conquista às abnegadas servidoras mineiras.

Para a Sociedade Brasileira de Pediatria, a adoção da licença-maternidade de seis meses pelo Estado de Minas Gerais representaria um marco político institucional de incomparável valor referencial para torná-la uma referência e uma realidade nacional.

No Senado Federal, tramita um projeto de lei da Senadora Patrícia Saboya que originalmente visa à extensão da licença-maternidade em caráter de adesão por empresas de iniciativa privada, que passariam a adotar o benefício.

De acordo com o artigo do Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, o aconchego resultante de uma interação sensorial tão estreita dá à criança a sensação de "pertencimento", referência insubstituível para a estruturação de sua personalidade.

Minas Gerais, pela importância e o significado político e social que representa no cenário nacional, pelas raízes que tem, embasadas em valores de estima, ponderação e equilíbrio, tão avivados neste momento pelo papel de liderança forte que se consolida por meio da pujança do Governador Aécio Neves, pode avançar ainda mais, assegurando às servidoras mineiras e a seus novos filhos essa conquista, que certamente trará repercussões definitivas em suas vidas.

Tenho a convicção de que nosso Estado, de fato, sintetiza os anseios de uma nação mais justa e solidária, e com certeza o preservamos na qualidade de cada novo mineiro que aqui nasceu. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputado Rogério Correia, Deputadas, Deputados e servidores que acompanham os trabalhos da Assembléia, nesta tarde, em que há projetos importantes na pauta, entre eles, o Projeto de Lei nº 2005/2004, que dá continuidade ao processo de aprovação de planos de carreiras e tabelas salariais, para o qual o Bloco PT-PCdoB cobra e busca, desde o início, agilidade na tramitação.

É preciso que os projetos já negociados sejam votados sem prejuízo de possíveis avanços. Assim, é importante a existência de quórum para a votação do Projeto de Lei nº 2005/2004. Sr. Presidente, dentro da premissa regimental, quem sabe poderemos colocá-lo à frente de outros projetos, para que possamos aprová-lo nesta tarde? O Presidente da Mesa pode apresentar esse requerimento.

Cumprimento o Deputado Fahim Sawan, pelo trabalho na frente parlamentar, e nossa querida Uberaba. É muito bom quando as frentes parlamentares, de fato, cumprem seu papel.

Nesse sentido, Deputado Fahim Sawan e demais integrantes da frente parlamentar, o seu pronunciamento é muito importante. Sabemos que há o ponto negativo de o usuário não compreender, mas o recurso público gasto pelo sistema de saúde nesse trabalho preventivo é muito importante.

Na linha de fortalecimento dessas frentes parlamentares, aproveito para comunicar que, há alguns dias, em reunião pública no Sudoeste mineiro, foi feita a denúncia de exploração sexual, cometida por um Vereador de Ilicínea. Vários Deputados assinaram um requerimento que apresentamos ao Ministério Público, e a Deputada Maria Olívia alertou a Assembléia para que efetivasse medidas que defendam a criança e o adolescente e rompam com a impunidade. Fizemos o requerimento ao Procurador-Geral Jarbas Soares, cuja trajetória no Ministério Público é relevante. Rapidamente, o Sr. Ronald Albergaria nos respondeu que o Promotor Fernando Muniz Silva já ajuizou a competente ação penal em favor do citado indivíduo, e o processo já está tramitando na Justiça.

Tratarei de importante projeto em curso na Assembléia, o Parlamento Jovem. Mas antes, em função da exposição do Deputado que me antecedeu, sinto-me na obrigação, como ex-Líder do Bloco PT-PCdoB, hoje tão bem representado pelo Deputado Ricardo Duarte, de discordar de algumas afirmações desse Deputado de oposição ao governo Lula.

Devemos respeitar todas as opiniões, pois esta é uma Casa democrática. Nessa linha, discordo do Deputado que nos antecedeu, quando disse que estamos vivendo um momento ruim, em que as coisas não estão acontecendo na economia e na área social e que, infelizmente, o Presidente viaja para fora do País e volta, insinuando que gostaria de ver o Brasil livre do atual Presidente. Todos nós, no dia 1º de outubro, poderemos tomar a decisão livre, democrática e soberana. Parece-me que o Deputado está na contramão do que pensa o povo brasileiro e dos dados. Não quero dizer que a situação esteja às mil maravilhas ou que o povo brasileiro esteja com sua situação resolvida. Quem conhece a história política, econômica e social do Brasil, conhece nossa dívida histórica. Ninguém pode estar satisfeito com o nível de concentração de renda, com a exclusão social ou com a falência do sistema de segurança pública. Os nossos indicadores sociais ainda nos preocupam muito. Não estamos na ilha da fantasia, não queremos fazer um discurso demagógico, de auto-elogio, ou ufanista. Mas é inegável que o Brasil está em outro rumo, que defendemos, compatibilizando políticas econômicas e sociais. Não é por outro motivo que, quando comparamos o número de empregos gerados ao mês no governo Lula, o número médio é 100 mil.

No período do governo Fernando Henrique, do partido do Deputado que nos antecedeu, com boa-vontade, a média não chegava a 15 mil novos empregos. Há quem diga que foram apenas 8 mil empregos, então, há uma dúvida. Vamos ser generosos com o governo Fernando Henrique e dizer que a média foi de 15 mil novos empregos. Já o governo Lula faz uma média de 100 mil novos empregos. Apenas em abril, foram abertos 200 mil empregos.

O Deputado se referiu ao desprestígio dos produtores do leite. O governo Lula, só nas regiões Norte, do Mucuri e do Jequitinhonha, compra 150 mil litros de leite por dia, que são distribuídos em parceria com a Pastoral da Criança às famílias pobres, integrando o programa Fome Zero. E é justamente isso o que defendemos: a compatibilização do estímulo ao desenvolvimento econômico da atividade produtiva, no caso a pecuária leiteira, com a questão social.

A agricultura familiar quase quadruplicou os recursos. O preço do arroz diminuiu não porque o povo está comprando menos, mas porque o salário mínimo, que comprava 1,2 do valor correspondente à cesta básica, hoje compra duas cestas básicas; ou seja, houve aumento real - não que o salário mínimo seja uma maravilha.

É inegável que o Bolsa-Família injeta recursos nos pequenos Municípios brasileiros. Hoje muitos desses Municípios têm de 30% a 40% do dinheiro em circulação, que é injetado na economia, nas mercearias, nas padarias, na aquisição de alimentos da agricultura familiar, decorrente dessa transferência de renda. Trata-se de um programa de cidadania, porque renda é direito.

Deputado Rogério Correia, não é por outro motivo que a pesquisa mostrou que 25% dos entrevistados identificam as políticas sociais como um grande avanço do governo Lula; 14%, as políticas econômicas; 11%, melhores salários. O Brasil está noutro rumo.

Infelizmente, as CPIs do Congresso fizeram muita pirotecnia e talvez não tenham aprofundado no trabalho investigativo como deveriam, mas elas ocorreram. O ex-Governador Geraldo Alckmin sufocou 39 pedidos de CPI na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Hoje a Polícia Federal faz um trabalho exemplar não só contra agentes políticos, mas também contra esquemas e quadrilhas em vários níveis. Parece-me que o Deputado tucano está morando em outro país. Concordo com ele numa questão: o servidor estadual está sofrendo. De fato, há um arrojo, uma defasagem de salário. Se não fosse a firme atuação desta Assembléia Legislativa para acelerar os planos de carreira e as tabelas salariais, a situação estaria pior. Mas discordo democraticamente das outras afirmações.

Sr. Presidente, quero convidar, por meio desta tribuna e da TV Assembléia, os interessados a participar de importante evento, o Parlamento Jovem, a ser realizado pela Assembléia Legislativa, em parceria com a PUC, neste Plenário, na segunda-feira, 5/6/2006.

O Parlamento Jovem é um projeto que conta com o apoio da Assembléia e do curso de Ciências Sociais da PUC-MG, unidade São Gabriel. Trata-se de um trabalho que envolve oito escolas de ensino médio das redes pública e privada de Belo Horizonte, com 120 estudantes, alguns de nível superior, mas a maioria de nível médio, que acompanham, durante quatro ou cinco meses, os trabalhos da Assembléia.

Os alunos participam de oficinas e aulas de cidadania para compreenderem o funcionamento do Legislativo. Eles discutem temas pertinentes às políticas voltadas à juventude e, na plenária final, a realizar-se nesta Assembléia, em 5/6/2006, aprovarão propostas, sugestões e até iniciativas populares de leis, que serão apreciadas pela Comissão de Participação Popular, hoje presidida pela nossa companheira Deputada Maria Tereza Lara.

Como ex-Presidente da Comissão de Participação Popular, responsável pela implantação da primeira edição do projeto Parlamento Jovem, fico muito feliz em termos, hoje, em sua terceira edição, jovens estudantes do Colégio Batista; do Colégio Santo Antônio; da Escola Estadual Governador Milton Campos, o antigo Estadual Central, onde me formei; da Escola Estadual Prof. Guilherme Azevedo Lage; da Escola Estadual Sagrada Família; da Escola Municipal Tabajara Pedroso; e da Escola Técnica de Formação Gerencial do Sebrae. São 120 alunos que estão discutindo participação política, direito à informação e políticas relacionadas com o primeiro emprego.

Deputado Rogério Correia, dezenas de propostas apresentadas e aprovadas em Plenário, na próxima segunda-feira, serão discutidas pela Comissão de Participação Popular e tornar-se-ão propostas, projetos de iniciativa de lei popular. Então, esse é um projeto muito importante.

Gostaria também de parabenizar o Presidente, Deputado Mauri Torres, que acolheu a sugestão da PUC Minas e, este ano, interiorizará o projeto Parlamento Jovem. O projeto terá, em agosto, mais uma edição e contará com a participação da PUC da cidade de Arcos, envolvendo Arcos e

Pains, que é governada pelo petista, companheiro e amigo Ronaldo Gonçalves e recebe, atualmente, as transmissões da TV Assembléia. Então, no segundo semestre, haverá o Parlamento Jovem interiorizado, e, no ano que vem, a Assembléia Legislativa o expandirá para todo o Estado de Minas Gerais.

É muito importante resgatar e aproximar a juventude do parlamento. A falta de credibilidade nele e, muitas vezes, o seu desgaste, exigem de nós ações concretas e efetivas que mostrem as possibilidades positivas que tem, por meio das iniciativas de leis, de audiências, de seminários e de formação para a cidadania.

Cumprimento todas as escolas envolvidas, seus professores, a PUC Minas e todos os servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, cujo empenho é determinante no êxito do projeto. E nós, da Comissão de Participação Popular, receberemos e acolheremos todas essas propostas com a maior atenção e carinho, porque são propostas que emanam da juventude. Não haverá uma nação, um país justo, soberano e cidadão, se não se investir na formação de consciências, na formação moral e intelectual da sua juventude. O projeto Parlamento Jovem é uma modesta contribuição que o Parlamento mineiro pode, em parceria com as universidades, oferecer à juventude mineira. Muito obrigado, Sr. Presidente. Fica aqui o apelo para que votemos ainda hoje o Projeto de Lei nº 2.005/2004.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Srs. Deputados, Sra. Deputada Elisa Costa, a quem agradeço por ajudar a presidir esta sessão, senhores e senhoras, telespectadores da TV Assembléia, companheiras e companheiros funcionários públicos presentes, contamos hoje com a participação dos Fiscais da Fazenda, trabalhadores da Secretaria de Fazenda. E queria expressar já o compromisso de colocarmos à frente o Projeto de Lei nº 2.005/2004, que já se encontra em 2º turno, para aprovação. É o último dos planos de carreira a ser aprovado na Assembléia Legislativa. Já há um consenso para sua votação, e, daqui a pouco, o aprovaremos.

Cumprimento também os professores e as professoras que hoje realizam mais um dia de paralisação, pois já viram que a tabela aprovada e enviada pelo Governador Aécio Neves foi muito menor do que ele propagandeou pela televisão e pelas emissoras de rádio. Houve uma intensa propaganda que, infelizmente, não condisse com a esperança que tinham. E, hoje, eles realizam mais um dia de paralisação e uma assembléia nas escadarias da Assembléia Legislativa.

Mais uma vez, desta tribuna, abordo o tema educação, pois algumas medidas que vêm sendo tomadas precisam ser analisadas. Trouxe alguns quadros que julgo importante ser comparados, em relação ao que tem sido feito no País e neste Estado, em termos de educação. É importante fazermos essa comparação, porque, na semana passada, Deputados da Oposição ao Presidente Lula e da Situação em relação ao Governador Aécio vieram aqui comparar os salários dos professores universitários com os dos professores estaduais. Evidentemente, não queria fazer essa comparação, pois é sempre ruim comparar o governo do Estado com o federal, mas foram os Deputados da base do governo Aécio que iniciaram esse debate. É preciso que fique claro à população mineira que, de fato, isso ocorreu.

Em nosso Estado, parece que os professores começam a chegar a esta Casa sabendo muito bem que a educação não foi prioridade do Governador Aécio; aliás, os funcionários públicos, de modo geral, sabem disso, tanto assim é, que os fiscais estão aqui para aprovar ainda a sua tabela salarial, que deveria ter sido aprovada no primeiro ano do mandato do atual Governador, e não no último, para entrar em vigor quase no último semestre deste ano. O processo demorou porque, primeiramente, veio o "choque de gestão", que quase matou o servidor eletrocutado; depois, o plano de carreira, sem tabela, e, posteriormente, uma discussão muito pequena sobre a tabela. Tudo isso motivou esse atraso.

Queria dizer a vocês que hoje está em discussão, no Senado Federal e no Congresso Nacional, a votação do Fundeb. Trata-se de um importante projeto, que ainda não foi votado, de forma definitiva, no Senado. Fazemos um apelo aos Senadores para que agilizem essa votação. Caso seja aprovado, teremos, no Brasil, ainda neste ano, a União apostando, no primeiro ano do Fundeb, mais de R\$2.000.000.000,00, totalizando, ao final de quatro anos, mais R\$4.500.000.000,00. Esse Fundo não se destinará apenas ao ensino fundamental, mas também à educação infantil e ao ensino médio, abrangendo crianças e jovens brasileiros. Portanto, serão, pelo menos, mais oito anos de escolaridade obrigatória, com recursos da União, dos Estados e dos Municípios. Constitui um enorme avanço, que precisa ser consolidado; por isso o Senado tem de dar prioridade à votação desse projeto.

Também esperamos ver consolidado, no governo Lula, o programa fundamental, por ele instituído, que inicia processo de diminuição do déficit educacional no Brasil, que representa um acúmulo de décadas de governos conservadores e neoliberais. Aliás, o governo Fernando Henrique Cardoso procurou fazer com que o Estado brasileiro ficasse cada vez mais defasado. Do ponto de vista da educação e do ensino do 3º grau, foi um verdadeiro desastre. Para recuperar esse déficit, o Presidente Lula instituiu o ProUni, que já conta com 160 mil novos estudantes. Para este ano, a meta é alcançar mais 200 mil estudantes. Isso significa que estudantes carentes, que não possuíam condição de freqüentar uma universidade, terão acesso a escolas federais e particulares.

São 200 mil novos estudantes que vêm de escolas públicas. Entre eles, há negros, índios e deficientes. Então, os alunos mais carentes, que não tinham condições de entrar em uma universidade, agora ingressam em instituições públicas e particulares por intermédio do programa ProUni; todavia o governo Lula não se limitou apenas a garantir vagas nas universidades privadas. Só em Minas Gerais construiu três universidades: uma no Triângulo, uma em Alenas, no Sul do Estado, e outra, que considero importantíssima, no Jequitinhonha e no Mucuri. Como se vê, apenas em três anos e meio de governo, construiu três universidades no Estado. No total, foram criadas oito universidades no Brasil.

Já que gostam de fazer comparações, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em oito anos, foi construída uma única universidade federal. Isso ocorreu no Estado do Tocantins, desmembrado de Goiás. Como se tratava de um Estado novo, necessitava de uma universidade. Portanto o governo anterior criou uma universidade em oito anos, enquanto o atual construiu oito apenas em três anos e meio. Como já anunciei, três universidades estão no Estado de Minas Gerais, uma delas nas regiões mais pobres do Estado: no Jequitinhonha e no Mucuri.

O governo do Presidente Lula também concluiu 39 extensões de universidades federais, entre elas, a de Ituiutaba, de cujo processo participou o nosso Líder, Deputado Ricardo Duarte. Já o governo Fernando Henrique Cardoso não fez nenhuma extensão.

Além disso, o Presidente Lula, que estudou no Senai, conhece a importância de escolas técnicas federais. Em três anos e meio de governo do Presidente Lula, também foram construídas 25 escolas técnicas federais no País. Deputada Jô Moraes, não foram criados mais Cefets porque, quando o Presidente Lula deu ordem para construir escolas profissionalizantes, descobrimos, no Congresso Nacional, uma lei do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso que proíbe a União de construir escolas públicas federais técnicas e profissionalizantes no Brasil. Nota-se o elitismo do PSDB, a pretensão de enxugamento da máquina, o neoliberalismo praticado ferozmente durante oito anos.

Repito: 25 Cefets foram inaugurados no Brasil. Além disso, há um programa que prevê, em curto espaço de tempo, a construção de 150 escolas federais no País. É claro que ainda há muito que ser feito. Na semana passada, alguns Deputados vieram aqui alegar que o Presidente Lula age como o Governador Aécio Neves, já que paga a uma professora, como salário-base, menos de um salário mínimo. Fiquei abismado e até pensei: "será que um absurdo desses é possível?".

Os Deputados João Leite e Miguel Martini insistiam em afirmar isso. Essa atitude caiu como uma desculpa: se Lula faz, Aécio pode fazer. Eu penso o contrário. Se Lula paga menos que um salário mínimo a uma professora, tem de ser bombardeado, criticado. Sei que o Governador Aécio Neves paga R\$323,00 de piso salarial a uma professora da 1ª à 4ª séries.

Deputado André Quintão, peguei o edital, de fevereiro, do concurso para professores da escola do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri. Espero que os Deputados leiam esse edital, que é muito claro. Posso fornecer-lhes cópias. Para um professor universitário, entendo que o salário inicial de R\$2.106,00 é baixo. Se o professor tiver especialização, o salário é R\$2.338,22; se tiver mestrado, R\$3.373,00; e, se tiver doutorado, R\$5.100,18. Esses valores estão na tabela que consta no edital do concurso. É claro que o salário-base não poderia ser menos que o salário mínimo. Ressalto que esses valores correspondem aos salários percebidos no início, ou seja, no ingresso à universidade.

Sinceramente, acho pouco. Acho que o Presidente Lula tem a mesma opinião, tanto é assim, que já anunciou um reajuste para 160 mil servidores. E o fez por meio de medida provisória. Nesse caso, destinará mais R\$3.500.000.000,00 dos cofres públicos ao reajuste dos salários de servidores públicos federais, dos quais 75 mil são professores do ensino superior. Terão, em média, 50% de reajuste. Os salários que li não correspondem aos valores reajustados. Incluem-se também 23 mil docentes do 1º e 2º graus, que terão reajuste médio de 12%, além de servidores de outras áreas, como os do Banco Central e os da Polícia Federal. Esses têm sofrido ataques dos neoliberais, que estão dizendo: "Nossa Senhora, o Lula está gastando com o Estado! Como pode gastar com o Estado!". Eles pensam que servidor público receber bem e ser mais qualificado é gasto. Já o Presidente Lula acredita que isso é investimento.

Deputada Elisa Costa, fiz outros quadros comparativos. Para se ter uma idéia, na Prefeitura, o piso salarial para o professor que tem habilitação superior está em R\$1.103,00, e agora se discute um reajuste. Em Contagem, para o nível médio, é de R\$765,00. Para não dizer que estou dizendo que o Governador Aécio Neves paga pior que os do PT, em Betim, ele paga também muito aquém, onde o piso é de R\$563,00.

Quanto à política educacional no País, é claro que não se chegou à perfeição. Estamos longe disso e precisaremos de mais mandatos democráticos e populares no Brasil - mandatos que não sejam neoliberais; mas evidentemente estamos no rumo certo com os investimentos na educação.

Não está ocorrendo a mesma situação que tivemos nos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso, quando a educação foi completamente abandonada. O governo anterior conseguiu construir uma única universidade federal, tal o abandono que ele impôs ao setor educacional no País. Muito obrigado.

O Deputado Laudelino Augusto* - Mineiros, mineiras, Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, solicitei a palavra pelo art. 70, e, coincidentemente, o Conselheiro do Tribunal de Contas, a quem homenageamos e a quem desejamos saúde e paz, Sylo Costa, completa hoje 70 anos. Por lei, aos 70 anos, ele será aposentado compulsoriamente. Então queremos fazer uso da tribuna para comentar esse fato, que, aliás, foi assunto de audiência pública nesta Casa.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - Obrigado, Deputado Laudelino Augusto. Quero apenas registrar um assunto da mais alta importância. Depois V. Exa. poderá dar continuação ao discurso.

Trata-se de um tema bastante delicado, que envolve concepções de justiça tributária e de governo honesto e transparente. Não é novidade dizer que vivemos sob um sistema tributário extremamente injusto e que a carga tributária é um entrave ao nosso desenvolvimento. Todavia, a questão da chamada cobrança por dentro do ICMS é algo que espanta muitos, pois se trata de prática alheia ao conhecimento da maior parte dos cidadãos que, como consumidores finais, pagam esse imposto.

A cobrança por dentro, Deputado Laudelino Augusto, é uma esperteza criada pelo governo militar para aumentar o valor do imposto arrecadado sem aumentar nominalmente o valor da alíquota incidente sobre a operação; e isso permanece até hoje.

Pretende-se, dessa forma, que o valor do imposto integre o cálculo do tributo. E isso acontece especialmente na Cemig. Observem, por exemplo, uma conta de luz no valor de R\$100,00, que tem, sobre si, uma alíquota de 30%. A conta é simples: 30% sobre 100, todos sabemos que é 30. Logo, o valor total a ser pago seria R\$100,00, que é o valor da conta, mais 30%, igual a R\$130,00. Isso é o óbvio, não é mesmo?

No entanto, com a esperteza dessa cobrança por dentro, criada por governos anteriores e mantida por este governo, o total que seria de R\$130,00, ou seja, 30% sobre R\$100,00, na conta de luz e em outros impostos não dá R\$130,00, e sim R\$142,85, o que representa um acréscimo de 12,82% de imposto, cerca de 13% além dos 30%.

Numa conta de luz, consta, como imposto, 30%. Quando fazemos a conta, não são cobrados 30%, mas 43%. Essa é a conta feita por dentro, espertamente, sem ninguém ver, numa conta de luz que ninguém sabe distinguir o que está sendo cobrado. É importante que os nossos telespectadores e os nossos contribuintes saibam que há uma esperteza política e administrativa de muitos anos, desde 1967, em que se faz uma conta por dentro sem que ninguém saiba como é feita e aumentam-se 13% além dos 30% já cobrados. E é muito grande essa cobrança sobre a conta de luz. Em vez de 30%, cobram-se 43%. Isso porque o valor do tributo é adicionado à base de cálculo, para calcular-se o valor a ser pago pelo ICMS.

A base de cálculo é o que custa, por exemplo, uma tarifa de luz. Nessa base de cálculo, onde deveria constar somente o custo, está inserido o ICMS. E o governo faz de novo o cálculo do ICMS, cobrando-o duas vezes.

Essa sistemática é, evidentemente, uma afronta à Constituição e ao Estado de Direito. Data do constitucionalismo moderno e da emergência do Estado liberal a criação de garantias para o cidadão contra eventuais excessos do Estado, muito especialmente as cobranças de tributos estabelecidas ao bel-prazer do governante. Em nosso Estado Democrático de Direito, as possibilidades de cobrança de tributos são expressamente designadas na Constituição da República. Cada imposto deve ser cobrado por uma entidade federativa certa e deve ter uma base de cálculo determinada e um fato gerador específico. O fato gerador específico é a energia elétrica produzida, transmitida e redistribuída.

A base de cálculo é colocada, por exemplo, em alguns impostos federais. Essa é a base de cálculo. E o ICMS tem de incidir sobre ela.

A base de cálculo de um imposto é o dado mensurável, retirado de seu fundamento de imposição, que permite a aplicação de uma alíquota apta a estabelecer uma quantia com que, presume-se, o cidadão deverá arcar para possibilitar a geração de bens coletivos. Deve, portanto, guardar uma relação direta com o argumento que justifica a imposição tributária. Assim é que, no IPTU, a base de cálculo é o valor do imóvel; no ITBI, é o valor do negócio realizado; no IPI, é o valor do produto industrializado; e assim por diante. No ICMS, obviamente, a base de cálculo deve ser o valor da operação tributada.

O acréscimo do valor do próprio tributo na base de cálculo gera profunda distorção, em prejuízo do contribuinte, no valor final a ser pago na operação.

Não nos estamos referindo ao fato de que o consumidor paga, no final, o valor da operação mais o valor do imposto. Isso é claro. Estamos dizendo que, ao comprar um produto de R\$10,00, com uma alíquota de 17%, o consumidor não pagará R\$11,70, mas R\$12,48.

Sr. Presidente, isso não é feito apenas em relação à energia elétrica. Na base de cálculo do valor de vários produtos, está incluído o valor do imposto; sobre ele, inclui-se ainda o ICMS, o que faz com que se aumente mais o seu valor por meio dessa forma esperta de cobrar por dentro.

Como o fato de mensuração do imposto, coerente com a capacidade econômica do contribuinte, é definido pela operação, a incorporação do imposto na base de cálculo fere o princípio da capacidade econômica do contribuinte.

Notem também que, por uma imposição lógica, somente se pode determinar o valor do imposto a ser pago depois de se determinar o valor da base de cálculo. É assim ilógico que o valor do tributo integre a sua própria base de cálculo.

Além disso, esse fenômeno constitui bitributação e viola a regra da não-cumulatividade do imposto, como têm atestado inúmeros julgados pelo país.

No campo da jurisprudência, aliás, temos observado uma situação conflituosa. Parte de nossos tribunais tem-se mantido fiel aos rumos traçados na época da ditadura militar e entende ser lícita a cobrança por dentro. Outros, como as decisões mais recentes do STJ, têm caminhado numa direção de fortalecimento da Constituição e de respeito ao cidadão.

A posição do STF, aliás, tem sido definida por um julgado da década de 90, que, de forma conservadora, mantém a possibilidade de o Estado enganar o cidadão. Esperamos, entretanto, que a atual composição de nossa Corte Suprema possa rever essa infeliz posição, que, registre-se, nunca foi unânime. Naquela Corte, o Ministro Marco Aurélio Mello tem-se batido, desde longa data, pela revisão da postura de seus pares.

É certo que estamos percorrendo um terreno politicamente delicado, porque envolve, em um primeiro momento, perda de recursos pelo Estado. No entanto, trata-se de resgatar a moralidade e a legalidade das relações entre poder público e contribuintes. Se se entender que determinado produto necessita de uma alíquota de 43%, como a luz paga pelo consumidor mineiro, que se coloque, então, na lei, uma alíquota de 43%. O que não pode é determinar 30% de alíquota na lei e, na prática, cobrar 43%. Isso é enganar o povo mineiro.

Para que não haja dúvida sobre isso, explicaremos novamente. O correto, normal e lógico seria o seguinte: aplicar a fórmula "x" vezes 30, dividido por 100, em que "x" é o valor da operação, ou seja, R\$100,00 vezes 30 e dividido por 100 é igual a R\$30,00. Então, R\$100,00 mais R\$30,00 é igual a R\$130,00.

No entanto, essa conta, de regra de três, a mais simples do mundo, é feita assim: aplica-se a fórmula "x" vezes 30, dividido por 70, ou seja, R\$100,00 vezes 30 e dividido por 70 é igual a R\$42,85. Então, R\$100,00 mais R\$42,85 é igual a R\$142,85. É a tal fatídica cobrança por dentro, que ninguém entende, porque está escondida na conta de luz. Dessa forma, os consumidores mineiros, que já pagam uma das tarifas mais altas do País, têm de pagar ainda mais. Ou seja, o bolso de cada contribuinte está sendo surrupiado por essa fórmula enganosa de cobrança por dentro.

O fato é que não podemos ficar parados. Ninguém pode obrigar a que nós, mineiros, violemos a nossa Constituição. Podemos e devemos, em nosso Estado, restaurar a dignidade de nossas instituições e instaurar um novo tipo de relação com o nosso povo, transparente, clara e decente.

Com essa preocupação, apresentamos, na quinta-feira passada, um projeto de lei com o objetivo de extinguir, em nosso Estado, a fatídica cobrança por dentro do ICMS, da qual os telespectadores talvez nunca tenham ouvido falar. Descobrimos isso. Observamos que ninguém sabe que há um imposto atrás das cortinas, debaixo do tapete, que, todos os dias, retiram recursos preciosos dos mineiros. Pagamos um imposto, mas não sabemos porque é tão alto. Portanto, com esse projeto de lei, pretendemos acabar com a cobrança por dentro do ICMS. Ademais, queremos acabar com essa forma de violação da boa-fé de nosso povo.

Amanhã iremos ao Ministério Público proceder a uma representação contra as Centrais Elétricas de Minas Gerais - Cemig -, em virtude da cobrança por dentro do ICMS, por entendermos que é ilegal e injusta. Com a aprovação do nosso projeto, consagraremos também a Constituição e o direito, assegurando que a cobrança do ICMS em Minas Gerais aconteça de forma lícita e transparente.

Assim, os valores da operação tributada e do ICMS cobrado somente se somam para efeito de registro fiscal. O valor do imposto será, como deve ser, aquele afirmado com clareza na legislação tributária, sem enganações ou espertezas.

Além disso, Sr. Presidente, há algo ainda mais grave. O custo da tarifa de energia para nós, contribuintes domiciliares, às vezes, chega a valer duas vezes mais que a cobrada pela grande indústria. Isso quer dizer que a grande indústria pagam, às vezes, metade do que pagam os consumidores residenciais. Ademais, não há nenhuma diferenciação. Ou seja, não são aqueles que gastam até 80kW. Na verdade, acima desse valor, todos nós, consumidores residenciais, pagamos uma tarifa duas vezes maior que a da grande indústria. Os pobres é que estão pagando alto, subsidiando as grandes indústrias.

O Robin Hood está funcionando ao contrário: Hood Robin. Estão retirando dos pobres para dar aos ricos, enquanto o Robin Hood fazia o contrário, retirava dos ricos para dar aos pobres. Então essa lei inverte o processo, já que retira recursos dos pobres e os transfere às grandes indústrias, que contam com a tarifa chamada livre. A grande indústria negocia, da forma que melhor lhe aprouver, com a própria Cemig. Com isso, retiram do bolso dos mineiros mais pobres uma tarifa duas vezes maior que a paga pelas grandes indústrias.

A Constituição do Estado, em seu art. 173, afirma que o povo mineiro tem direito a um "governo honesto e obediente à lei". Pretendemos, com essa lei, que tal preceito seja levado a sério. Uma boa maneira de começarmos é aprovando essa proposição, que, esperamos, contará com a completa adesão de nossos pares. Obrigado, Deputado Laudelino Augusto e Presidente Rogério Correia.

O Deputado Laudelino Augusto* - Agradeço-lhe, Deputado Edson Rezende, e parabeno-o por esse importante comunicado. Somaremos forças para esse projeto tramitar e ser aprovado nesta Casa.

Como anunciei, pretendo falar do Tribunal de Contas, especialmente da escolha de Conselheiros. Hoje, o Conselheiro Sylo Costa está completando 70 anos, motivo pelo qual já o cumprimos. De acordo com a lei, ele se aposentará. Diante disso, a partir de amanhã, poderá ser indicado um novo Conselheiro, ou, quem sabe, uma Conselheira, para ocupar o seu lugar, completando os sete.

Para iluminar a minha fala, recorrerei a uma frase extraída do documento da 39ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que se refere à realidade do momento em que vivemos: "Torna-se urgente reverter a crescente decepção do povo diante de políticos e

instituições por uma vigorosa retomada de critérios éticos como base de toda ação humana".

Nossa intenção, com essa fala, é a retomada dos critérios éticos, que, há algum tempo, a sociedade organizada e a população reclamam. Com relação ao Tribunal de Contas, é urgente a necessidade de modificar a decepção do povo com os políticos e as instituições.

Essa instituição tem sido questionada. Temos exemplos concretos, que citarei. Nossa intenção também é fazer um apelo. Segundo a Constituição, é o Governador que escolherá o novo Conselheiro ou a nova Conselheira, mas faço um apelo para que S. Exa. use critérios técnicos, acima de tudo, e não políticos.

O apelo que faço é em consonância ao pedido de vários setores da sociedade. Há um clamor pela retomada dos critérios éticos na nomeação de Conselheiro do Tribunal de Contas. O Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais e a sociedade organizada em geral fazem esse pleito.

No último dia 24 deste mês, realizamos uma audiência pública na Comissão de Participação Popular da Casa e debatemos a forma como se escolhem os Conselheiros para o Tribunal de Contas. Levantou-se a necessidade de se fazer uma nova comissão especial para avaliar o grau de implementação de propostas advindas de uma outra comissão especial que, em 2003, debateu essa mesma questão.

Naquela época, foi feito um profundo estudo sobre a matéria. O Deputado Rogério Correia participou da comissão, em que foram apresentadas 18 propostas bem concretas. Tenho, em mãos, o relatório final dessa comissão especial do Tribunal de Contas. No item IV, temos: "No que se refere à indicação para Conselheiro, a Constituição Estadual acompanha a Carta Federal, sendo impossível sustentar, à luz do ordenamento vigente, a alteração no método de indicação política do Conselheiro pela Assembléia Legislativa ou pelo Governador do Estado. Assim, passa pelo Congresso Nacional qualquer alteração com relação ao mandato dos Conselheiros". Isso está na Constituição.

Aquela comissão especial enviou cartas sugerindo projetos e mudanças na Constituição Federal, para ficar mais transparente e condizente com uma democracia moderna, participativa, em que a população é chamada a contribuir.

Continua o texto: "Trata-se de um tema que merece melhor discussão em âmbito federal, já que a composição exclusivamente política do Tribunal de Contas acaba por comprometer, muitas vezes, o seu caráter, que deveria ser notoriamente técnico". Então a escolha por critérios exclusivamente políticos tem comprometido seriamente o Tribunal de Contas. Isso acontece nos Tribunais de Contas do Estado e até no Tribunal de Contas da União.

Continua, ainda: "De acordo com a carta de princípios da Organização Internacional de Entidades de Fiscalização Superior - Intosai -, entidade internacional que congrega Tribunais de Contas de diversos países, a principal característica das entidades de fiscalização superior deve ser a independência. Temos de garantir essa independência.

Em diversos Tribunais de Contas de países europeus, o prazo de mandato de Conselheiros é limitado. Na Itália, por exemplo, é de nove anos. Há critérios que evitam que parlamentares com mandato assumam o posto de Conselheiro, como, por exemplo, na Espanha.

Apresentamos proposta para revisão dos métodos de indicação de Conselheiro e de modificação do imperativo de vitaliciedade do cargo, limitando o prazo com mandato de oito anos".

Farei uma observação e a repetirei, se preciso. Questionamos o corpo de Conselheiros do Tribunal de Contas. De acordo com informações, ficamos sabendo que o seu corpo técnico é sério, debruça-se nas contas, faz pesquisas e leva dias, semanas e meses para apresentar o seu parecer. São pessoas que, na semana passada, foram reconhecidas pelo Legislativo, que lhes concedeu um pequeno aumento, a pedido do Executivo - merecem ainda mais, tendo em vista o quanto se dedicam a sua função. Portanto, o corpo técnico tem estudado, trabalhado e apresentado ótimos pareceres. Estamos preocupados com a garantia da independência dos Conselheiros, para que motivos políticos simplesmente não alterem os pareceres, como tem ocorrido, quando apontam irregularidades e ressalvas nas contas de prefeituras da Capital e do interior, de autarquias e de instituições públicas, e fazendo observações seriíssimas em relação às contas do Executivo Estadual. O corpo de Conselheiros passa por cima de tudo isso e apresenta um parecer prévio aprovando e liberando as contas, sem nenhuma ressalva. É esse o questionamento que nos leva, em nome da sociedade que representamos, a fazer apelo ao Governador, para que não utilize critérios políticos, mas técnicos. A partir de amanhã, ele já poderá fazer a indicação ao cargo. A imprensa publicou a relação de vários nomes. Não temos nada contra essas pessoas; ao contrário, oramos para que cada um dos indicados seja feliz. Porém questionamos outro aspecto, porque se trata de pessoas que ocupam cargos públicos e têm origem partidária - o que não constitui defeito, porque também temos. De alguma maneira, a independência e a isenção podem ser questionadas. Além disso, essa proposta consta aqui, no relatório da Assembléia, que é um estudo sério sobre a revisão de métodos para a indicação de Conselheiros e a modificação do imperativo de vitaliciedade, com a garantia dos 70 anos, o que faz sentido. Explicaram-me que esse critério serve para garantir independência à pessoa quando ela votar, não podendo ser mandada embora. Na prática, parece que isso não é bem assim. Também foi proposto o limite do prazo para oito anos, o que deve ser discutido com a sociedade. (- Lê:)

"Também entendemos que, para um maior equilíbrio, legitimidade e isenção da Assembléia Legislativa no processo de escolha dos Conselheiros, é necessário que o parlamentar, no exercício de suas funções, não possa disputar vagas para o cargo". Depois, sugerem envio de correspondência ao Senado, à Câmara dos Deputados e ao Congresso Nacional, solicitando discussão do assunto.

Temos aqui o anexo, com a carta enviada. De acordo com os debates que têm ocorrido, Sr. Presidente, nem sequer os que não são Deputados neste momento... Aqui, referem-se aos que ocupam o cargo, que estão no exercício da função. Os dois últimos indicados pela Assembléia eram Deputados em função. Aliás, o último foi o relator deste documento. No dia da sua sabatina, indaguei-lhe se estava contra o que propôs, e ele disse que era voto vencido, que surgiu uma emenda depois.

Mas está muito claro: dá o direito à sociedade de desconfiar e de questionar o fato de pessoas ligadas partidariamente à Assembléia, a Prefeitos e ao próprio Governador serem indicadas para Conselheiros do Tribunal de Contas. Repito: dá o direito de questionarmos. Estou aqui sendo a voz de um setor considerável da sociedade, que tem questionado e solicitado uma vigorosa retomada de critérios éticos. Como disse, citarei exemplos.

O Tribunal de Contas faz o parecer técnico, e os seus técnicos apontam irregularidades, formulam perguntas e fazem ressalvas. Dependendo do partido daquele Prefeito, daquela Prefeita, daquela Câmara ou daquela instituição, faz-se um parecer dos Conselheiros, considerando as ressalvas, apresentando questionamentos e reprovando as contas. Parece que há um "cobre-se". Não se faz alusão às ressalvas. Há vários exemplos. Mesmo em cidades pequenas acontece de o parecer ser pela reprovação. Por exemplo, o Prefeito ou o ex-Prefeito, já que há muito atraso na votação das contas. Desde 2004, não votamos aqui as contas do Governador atual. Demoraram a vir para a Mesa, a fim de serem votadas. Já têm parecer. Aliás, o parecer técnico foi com muitas ressalvas; e o parecer prévio dos Conselheiros foi pela aprovação sem ressalvas. Gostaríamos de entender isso.

A questão do déficit zero foi muito bem analisada pelos técnicos, que, com um tempo de estudo, debruçaram-se sobre a situação. Mostram e

provam-nos que a expressão "déficit zero" não corresponde à verdade. Não há déficit zero. No parecer dos técnicos, há os questionamentos em relação à dívida fundada, por exemplo, mais de R\$2.700.000.000,00. De um ano para outro, essa dívida passa para R\$3.700.000.000,00, o que joga para longe essa idéia, essa propaganda e esse "marketing" de déficit zero. No entanto o parecer prévio dos Conselheiros é pela aprovação sem ressalvas, e foi enviada ao Executivo correspondência para que as explique. É claro que tem direito de explicar os motivos dessas ressalvas. Para isso, o prazo foi de cinco dias. O Governador solicitou um prazo maior. Até hoje, as respostas não vieram, mas está aí para ser aprovado pela Assembléia. Por exemplo, reprovam as contas de uma cidade pequena. O Prefeito vai conversar com um ou dois Vereadores. Dependendo do número de votos de que precisa, consegue não confirmar o parecer do Tribunal de Contas. Uma simples e respeitosa Câmara do interior ou de qualquer lugar que seja derruba um parecer do Tribunal! Aliás, há um artigo de anos atrás muito interessante de Roberto Romano, em que questiona o termo "tribunal". Tribunal, cujo parecer é derrubado por Vereadores que não entendem de contabilidade! Aliás, nem culpa deles. Isso é tribunal? Qualquer outro dia entraremos em detalhes desse artigo.

Esse questionamento nos angustia e faz com que apresentemos o pronunciamento em nome de parcela significativa da sociedade que quer retomar os critérios éticos. Discutimos isso na nossa audiência pública, realizada 24 de maio, na quarta-feira passada. Ao final, solicitou-se que enviássemos esse apelo ao Governador. Aliás, Sr. Presidente, pensamos que seja até uma ajuda para ele. Comenta-se que está preocupado, pois há vários políticos querendo ser indicados.

Isso já saiu na imprensa. Há uma discussão sobre quem será o indicado. Portanto ele está com dificuldades em escolher.

Sr. Governador, queremos ajudá-lo a resolver esse problema. Utilize o critério técnico, pois a sociedade mineira, o povo está pedindo isso. Use esse critério e diga para aqueles que o estão procurando para serem indicados que o senhor representa a sociedade, e não os partidos e os interesses particulares.

O Deputado Edson Rezende acabou de ler o art. 73 da Constituição do Estado. Foi interessante, pois também havia preparado esse artigo. Parecia, inclusive, que havíamos conversado previamente. Vou lê-lo: "Art. 73 - A sociedade tem direito a governo honesto, obediente à lei e eficaz".

Então, Governador, diga isso aos que estão querendo ser indicados para ficar até os 70 anos de idade mudando pareceres. A função dos Conselheiros atualmente não é fazer parecer, mas alterá-los. O parecer técnico é feito com estudo, com seriedade, com aprofundamento. Parece que os Conselheiros estão tendo a função de mudar esses pareceres, conforme a conveniência de grupos, entidades e partidos. Desculpe-nos se estamos exagerando.

Precisamos questionar, falar, trazer para a tribuna da Assembléia o que a população tem reivindicado. É o clamor do povo por ética, transparência, pois tem direito a um governo honesto, obediente à lei e eficaz.

Falou-se que só o Congresso pode mudar os critérios para a escolha de Conselheiros. Isso não é verdade. Ele pode mudar os critérios, mas a escolha é do Governador ou da Assembléia; e nada os obriga a escolher um político.

Foi lamentável votar duas vezes para Conselheiro do Tribunal de Contas, em votação secreta. Houve um candidato civil, contador, com pós-graduação, com estudo aprofundado. Não pôde nem votar. Começou em desvantagem, pois dois dos candidatos, Deputados, vieram votar. Não usaram o foro íntimo para não votar em causa própria. Votaram e saíram com a vantagem de um voto em relação ao candidato civil, que não pôde entrar aqui para votar.

Disseram que o fato de haver um candidato que passou pela sabatina já era um avanço. Aliás, participei dessa sabatina e fiz perguntas. Com todo o respeito aos dois candidatos Deputados, mas o melhor preparado, o mais isento, exatamente por não ter amarras políticas nem partidárias com o governo de plantão, era o candidato civil. Então, por ter-se saído muito melhor e por estar tecnicamente mais preparado, seria o melhor Conselheiro para a sociedade mineira. Infelizmente, há o critério do corporativismo.

Cheguei a ouvir um Deputado falar: "Precisamos de Deputado nosso no Tribunal de Contas". Isso é lamentável, pois representamos o povo, e, para o Tribunal de Contas, são necessários representantes legítimos, isentos, transparentes, com critérios éticos.

Foi lamentável a votação. Votei. O meu foi o único voto no representante da sociedade civil, e o fiz com alegria. É um dos triunfos que temos em nosso trabalho, nesses quatro anos. Levaremos conosco o fato de termos correspondido ao anseio de uma parcela considerável da sociedade mineira.

Alguns dizem que deveria ser o Ministério Público. Mas onde está o Ministério Público do Tribunal de Contas? Já há um projeto de lei tramitando na Assembléia para regularizar a representação do Ministério Público junto àquele Poder. Vejam o que diz o relatório final da comissão especial, no item VI: "A implantação do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas torna-se um imperativo com a decisão do Supremo Tribunal Federal de abril deste ano, que considerou inconstitucional a forma como é organizado atualmente o Ministério Público junto àquela Casa."

Parece que há um medo de regulamentar a presença legítima, importante e necessária do Ministério Público no Tribunal de Contas. O projeto de lei que regulamenta e implanta legitimamente o Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas começou a tramitar nesta Casa, mas foi para as gavetas e sumiu. A Bancada PT-PCdoB fez uma pressão democrática para que o projeto voltasse a tramitar. Aliás, foi uma condição para que votássemos o aumento merecido dos funcionários do Tribunal de Contas.

Há necessidade de tramitação do projeto de lei que implanta o Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas, pois é de grande importância, já que também representa a sociedade. No dia-a-dia, temos aprendido a ter uma afinidade muito grande entre nós, representantes eleitos pelo povo, e o Ministério Público.

Como Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Recursos Naturais, temos acompanhado vários casos; um deles, em Belo Vale, em que a sociedade organizada e os ambientalistas nos procuraram para um questionamento, um pedido, um socorro, pois uma grande empresa estava destruindo nascentes e florestas naquele Município, um lugar especial e tombado pelo patrimônio histórico. Fizemos uma visita e descobrimos que a Promotora, cujo nome não me recordo, havia feito um trabalho maravilhoso, defendendo e representando o povo. Todavia a população não sabia que estava sendo tão bem representada nem que fora feito um trabalho maravilhoso. Nós, representantes eleitos, estávamos ali, somando forças.

Solicitamos aos Promotores e Promotoras que chamassem o povo para uma audiência. Democracia dá trabalho, mas vale a pena. É uma conquista, um direito, um aprendizado. Aproveitamos para pedir ao Ministério Público que realizasse audiências e fizesse uma representatividade autêntica. Há trabalhos maravilhosos, mas, lamentavelmente, há alguns que fazem um trabalho contra o povo. Representam o povo, mas trabalham contra ele. Ainda bem que a maioria tem feito um trabalho edificante e representativo.

Homenageio a Dra. Taís, que fez um trabalho maravilhoso em Belo Vale, representando tão bem a população, que não sabia disso. A partir da audiência, a população ficou sabendo e sentiu-se representada no Ministério Público. Também queremos representatividade do Ministério Público dentro do Tribunal de Contas, para garantir que os pareceres técnicos sejam reconhecidos, observados e respeitados. Espero que haja um Conselheiro que represente a sociedade e tenha critérios notoriamente técnicos, como determina a Constituição.

O Deputado Padre João (em aparte)* - Agradeço ao Deputado Laudelino Augusto e o parabenizo não só pelo pronunciamento, como também pela coerência de suas atitudes. V. Exa. sempre defendeu essa bandeira, essa causa, não só com palavras, mas também com ações, discutindo com a sociedade os critérios e o trabalho que vem realizando, representando o povo e honrando esta Casa quando busca valorizar o servidor público.

Também quando se refere ao meio ambiente, o quanto devemos valorizar os servidores. Permita-me, Deputado Laudelino Augusto, destacar, no pronunciamento de V. Exa., a conquista. Os servidores, sobretudo os de carreira, buscam sua valorização, seu reconhecimento, desenvolvem um trabalho e procuram compartilhar com V. Exa. e com todos a conquista dos servidores da Emater. Temos um manifesto dos Procuradores do Estado. E tivemos aqui uma audiência com mais de 300 servidores. É a primeira vez que existe, de fato, a unidade desses servidores. Todos estão de parabéns pela conquista que tiveram, quando conseguiram o que reivindicaram. Aliás, um reajuste de 19,36% a partir de 1º de junho e uma correção salarial a partir do INPC de 3,34%, retroativa a 1º de maio. Essa é a importância: valorizar os servidores dos cargos, como V. Exa. vem defendendo, sobretudo do Tribunal de Contas. Comungo com tudo, porque, quando um Conselheiro é indicado, seja pelo Governador, seja por esta Casa, sempre há vínculos com Prefeituras e com os próprios Deputados, o que infelizmente pode levar a aborrecimentos, ao desestímulo daqueles servidores de carreira, dos técnicos que desenvolvem um trabalho sério, pois, quando há uma decisão, ela é do conselho. Infelizmente, às vezes isso também acontece na Secretaria de Meio Ambiente, onde trabalham técnicos da Feam, os quais procuram desenvolver um trabalho sério, contando com o pessoal do IEF, mas quem toma a decisão é o conselho, sem levar em consideração os pareceres técnicos. Essa situação é mais grave no Tribunal de Contas.

Encerro este aparte agradecendo ao nobre colega por me concedê-lo e parabenizando os servidores da Emater pela conquista. Quando existe a união, a mobilização, quando vencem o medo para expressar a indignação de forma ordeira, ou há a conquista ou têm tudo para conquistar. Que bom que tiveram a sensibilidade da direção da Emater, da Secretaria de Planejamento e Gestão e, assim, do Governador, em ouvir o grito desses guerreiros que garantem que nossos agricultores, sobretudo os familiares, possam produzir com maior segurança, sabendo o que plantar, quando plantar e como plantar, orientados pelos companheiros da Emater! Que bom! União, mobilização e vencer o medo, para externar a indignação, mas com propostas concretas do que quer. Obrigado, e parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento.

O Deputado Laudelino Augusto* - Eu que agradeço e também o parabenizo pelo aparte e pelo trabalho realizado pelos direitos dos trabalhadores da Emater.

Da nossa parte, dever cumprido; da parte dos funcionários e da sociedade, direito conquistado.

Deputado Padre João, esse exemplo já está sendo seguido. Recebemos um pedido do IEF, cujos funcionários têm o salário muito defasado e cujos equipamentos estão sucateados. Eles não estão podendo fazer o trabalho que sabem, e que fazem muito bem, para o Estado. Hoje já foi votado um requerimento para a realização de uma audiência pública com todos eles, que têm suas reivindicações. A situação atual está comprometendo o trabalho ambiental, por isso a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais apresentou requerimento seguindo o exemplo, já que os bons exemplos são para serem seguidos. Da mesma forma que somamos com a Emater, somaremos com o IEF, para o Estado, que recebe dinheiro público, desenvolver suas ações. Vamos fazer justiça. Logo teremos essa audiência aqui.

Citei aqui e parabenizei a Dra. Thaís Lamim, Promotora, pelo trabalho realizado em Belo Vale, mas ela foi auxiliada, nesse processo, pela Dra. Karina Arca. Na ocasião, as duas eram lotadas em Conselheiro Lafaiete e Congonhas. Dirigimos também a nossa homenagem ao Dr. Fernando Galvão, na época, Procurador na área de meio ambiente e, hoje, Juiz Militar.

O item 11 do relatório final da Comissão Especial do Tribunal de Contas diz o seguinte: "O caráter político da composição do corpo de Conselheiros do Tribunal facilita a possibilidade de determinada decisão do plenário do Tribunal contrariar o parecer técnico do servidor encarregado da análise do processo. Pelo menos em tese, acredita-se que o trabalho técnico foi calcado de todos os cuidados na apuração de uma irregularidade". Em tese e na prática, vários pareceres, com evidências de irregularidades, são alterados.

Isso foi constatado em 2003 e agora. Já citei o parecer relativo às contas de 2004 do Governador do Estado, que está devendo explicações para revelarmos à população mineira que déficit zero não existe. Há várias ressalvas à saúde, aos recursos para a pesquisa, etc. Além disso, a dívida fundada e a dívida flutuante do Estado passaram de R\$2.700.000.000,00 para R\$3.700.000.000,00. Portanto, o déficit zero se trata apenas de propaganda. O povo precisa saber que está pagando tudo isso.

Diz aqui que o caráter político da constituição dos Conselheiros facilita essa possibilidade. Essa é uma constatação do que está acontecendo.

Temos aqui um exemplo apresentado na época pelo então Deputado Chico Simões, atualmente Prefeito de Coronel Fabriciano. Há outros tantos. Na sexta-feira, Sr. Presidente, estive em Pouso Alegre, participando da Caravana contra a Corrupção. Lá pude falar da audiência que fizemos. Fazia parte da equipe uma representante da Associação dos Moradores de Ribeirão Bonito - Amarribo -, que esteve aqui na comissão especial para dar um exemplo da cidade, onde há um livro mostrando como acontece a corrupção nos Municípios e nos Estados, nas licitações fraudulentas. A sociedade precisa tomar consciência disso, cobrar e controlar.

Consta também no relatório uma frase de Antoninho Trevisan. Ele destaca o papel que deve exercer a sociedade quando o Tribunal de Contas não consegue cumprir sua missão.

O parecer do Tribunal de Contas de São Paulo ia encobrir toda a corrupção do Prefeito de Ribeirão Bonito. A sociedade se organizou e cassou o Prefeito, que foi preso, e teve que devolver o dinheiro. Se ficasse por conta do Tribunal de Contas, seria aprovado sem ressalvas. Sequer foram ver as notas, e muitas eram frias e superfaturadas.

Isso acontece também em Minas Gerais, daí nossa indignação ética. Não estamos apenas criticando, estamos apresentando propostas. Esperava que houvesse muitos apartes, mas, até agora, nada. Talvez porque não haja argumentação contrária. Estamos fazendo críticas produtivas com propostas de mudanças.

Sr. Governador, use critérios éticos, no caso, técnicos da área de contabilidade. Num artigo, Antônio Lopes de Sá diz: "Como pioneiro na literatura de auditoria nesta Nação, como autor que mais edições publicou em matéria de perícia contábil, como professor da especialidade há mais de meio século, posso garantir que só um técnico tem condições de, com eficácia, aprovar ou desaprovar contas." A carta aberta do Conselho Regional de Contabilidade ao Governador fala sobre isso, defendendo a indicação de um representante da sociedade civil para o cargo, o que apoiamos. "Na nossa concepção, os Tribunais de Conta devem ser órgãos técnicos, isentos, que, em nome do povo, fiscalizam a sanidade das administrações públicas. A própria justificativa dos Tribunais de Contas reside na confiança depositada em sua independência, integridade e saber. Assim, acreditamos que o próprio Conselheiro deva atender, prioritariamente, aos requisitos de imparcialidade e

capacidade técnica".

E por aí vai. A carta explica que esse seria o critério mais democrático e mais ético. Até tiraria o "mais". Seria o critério ético. Será, pois esperamos que o Governador de Minas atenda a esse apelo que fazemos em nome da população do Estado, cansada de ver o dinheiro público sair pelo ralo da corrupção.

Desde 2003, o Deputado Edson Rezende apresentou o Projeto de Lei Complementar nº 6 para que o Tribunal de Contas peça, exija, que os conselhos municipais de acompanhamento do Fundef emitam parecer sobre suas contas e enviem ao Tribunal. Não conseguimos que fosse submetido à votação. A Mesa da Assembléia não o submete alegando que não passará. Por quê? Será o "lobby" dos Prefeitos que desvia o dinheiro público do Fundef? Em que os Tribunais se baseiam para aprovar as contas? Vão aos 853 Municípios? Acompanham? Dinheiro público é dinheiro do pobre, que gasta seu sangue para pagar seus impostos em dia, e deve ser usado com critérios e prioridades. Não há dinheiro para isso e aquilo, para coisas importantes. E o dinheiro sai pelo ralo da corrupção.

Já pedimos a CPI da antiga Comig, atual Codemig. Quanto dinheiro foi gasto para construir estradas, pontes e aeroportos com aprovação do Tribunal? A Cemig está pedindo a liberação de R\$30.000.000,00 para encobrir gastos. Já gastou, e agora temos que liberar como se fosse dinheiro novo.

Em relação à Copasa, por exemplo, ainda não entendemos porque a cotação das suas ações crescem tanto na Bolsa de Valores. E o Tribunal de Contas se manifesta contra ou a favor das contas dessas entidades? Daí a necessidade da mudança de critério.

Governador, devemos usar o critério técnico. Estamos até lhe ajudando a escolher esse técnico, mulher ou homem. Não há gênero na ética; todos devemos ser éticos, transparentes e limpos, usando bem o dinheiro público e tão suado do nosso povo.

Eu poderia citar muitos outros itens. Solicitaremos a realização de uma nova comissão especial, pois quase nada foi feito quanto aos 18 itens. Precisamos aproveitar esse momento de indignação ética do brasileiro, nesse bom clima gerado pelo Conselho Nacional de Justiça, que tomou decisões em relação à contratação de parentes para cargos de confiança. Há denúncias de que isso ocorre muito no Tribunal de Contas. No Tribunal de Justiça, já se retiraram os parentes. O nepotismo precisa acabar em todos os setores, e devemos aproveitar essa boa onda de moralidade e de resgate da ética e dos princípios fundamentais da vida.

Do jeito que está, basta o parecer técnico; não são necessários sete Conselheiros, ganhando cerca de R\$22.000,00 por mês, e mais 48 assessores contratados. Essa estrutura pode ser dispensada se serve apenas para aprovar o parecer técnico.

Desculpem-me, pois gosto de lavar a criança, mas de jogar somente a água fora, preservando a criança. Não quero acabar com o Tribunal de Contas, mas os seus técnicos dão conta do serviço. Por que um técnico, que atua lá há anos, não pode ser um Conselheiro? Deveria ser assim. Por que deve ser um ex-Prefeito, ou um atual Deputado, ou ex-político, ou alguém de determinado partido? Isso ocorre também no âmbito federal, e precisamos questionar.

Concluo com uma frase dos Bispos do Brasil, nossos pastores da Igreja Católica: "Torna-se urgente reverter a crescente decepção do povo diante de políticos e instituições por uma vigorosa retomada dos critérios éticos como base de toda ação humana".

Aqui estivemos, pela retomada de critérios éticos.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2006

CONVITE Nº 1/2006

Objeto: contratação de empresa especializada em montagem e instalação de painéis elétricos industriais para adequação da instalação elétrica da casa de máquinas do Palácio da Inconfidência – ar condicionado.

Licitante inabilitada: Qualimontec Eletro Montagens Ltda.

Licitante habilitada: Setromec Serviços Eletrônicos Ltda.

Belo Horizonte, 5 de junho de 2006.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Heliotecminas Comércio e Representações Ltda. Objeto: prestação de serviços reprográficos, incluindo a locação dos equipamentos necessários, instalação, reposição de peças, assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, treinamento de operadores e fornecimento de todos os suprimentos necessários ao funcionamento dos equipamentos. Objeto deste aditamento: exclusão de um equipamento EP 3000, com respectiva redução do preço de locação. Vigência: 1º/6/2006 a 15/8/2006.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Ka Engenharia Ltda. Objeto: contratação de empresa para proceder a reformas em "lay-outs". Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 33903900. Licitação: Processo Licitatório nº 18/2006 - Pregão Presencial nº 17/2006.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município de Água Boa. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Cedente: Município Iturama. Cessionária: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: cessão de uso da estação repetidora da TVA, de propriedade do Município. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigível, conforme o art. 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

ERRATA

ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 1º/6/2006

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 3/6/2006, na pág. 43, col. 4, nas linhas 4 e 5, sob o título "OFÍCIOS", no ofício do Sr. Jésus Trindade Barreto Júnior, onde se lê:

"Requerimento nº 5.088/2005, da Comissão de Direitos Humanos.", leia-se:

"Requerimento nº 5.089/2005, da Comissão de Direitos Humanos.".